

Seja muito BEM-VINDO!

Obrigada por adquirir os Mapas da Lulu 3.0! Tenho certeza de que esse material fará toda a diferença em seus estudos e será um atalho para a sua tão sonhada aprovação!

Para quem ainda não me conhece, meu nome é Laura Amorim (@lulu.concurseira), tenho 28 anos, e, após pouco mais de um ano e meio de estudos, fui aprovada em quatro concursos públicos: Auditor Fiscal do Estado de Santa Catarina (7º lugar), Auditor Fiscal do Estado de Goiás (23º lugar), Consultor Legislativo (4º lugar) e Agente da Polícia Federal (primeira fase), tendo superado uma concorrência de mais de mil candidatos por vaga!

Aprendi que a revisão, muitas vezes ignorada, é a parte mais importante (e essencial!) do aprendizado! Após testar vários métodos, percebi que os meus mapas mentais são, com toda certeza, os melhores instrumentos de estudo e revisão. Ao longo da minha preparação, fiz e utilizei mais de 700 mapas mentais, desenvolvendo e aperfeiçoando um método próprio de sua construção até chegar aos Mapas da Lulu 3.0, aos quais você terá acesso a partir de agora:

Os Mapas da Lulu 3.0 visam, sobretudo, otimizar suas revisões e aumentar seu número de acertos de questões, te ajudando a chegar mais rápido à aprovação! Após resolver mais de 14.700 questões de concursos públicos nos últimos dois anos, percebi quais são os assuntos mais cobrados pelas bancas e suas principais pegadinhas, e todo esse conhecimento foi incorporado em meus mapas para que você, que confia no meu trabalho, possa sair na frente dos seus concorrentes!

Ah, e se você não quiser perder minhas dicas de estudos e motivação diárias, inscreva-se no meu canal do Youtube: Lulu Concurseira e no meu Instagram: @lulu.concurseira. Já somos uma comunidade de mais de 220 mil concurseiros em busca do mesmo sonho: a aprovação!



Um beijo,
Laura Amorim
@laura.amorimc



PIRATARIA É CRIME

ATENÇÃO:

Este produto é para uso pessoal. Não compartilhe o seu material.

Pessoal, os Mapas da lulu são resultado de mais de dois anos de dedicação aos estudos. Ainda hoje, reservo boa parte do meu dia para produzir conteúdo, responder dúvidas, aconselhar e dar dicas sobre concursos públicos gratuitamente por meio dos meus perfis no Instagram (@laura.amorimc e @mapasdalulu) e no Youtube (Laura Amorim).

Nunca tive a pretensão de ganhar muito dinheiro com a venda desse material, até mesmo porque prestei concurso público para, dentre outros motivos, alcançar a estabilidade e segurança financeira que queria.

Mas preciso cobrir meus custos com site, servidores, distribuição, design e também minhas horas de trabalho empregadas, debruçada sobre a escrivaninha, dores nas costas, cansaço físico e mental.

São mais de 1.600 Mapas Mentais, com tempo médio de uma hora e meia para elaboração de cada um deles. Recebo menos de 50 centavos por hora trabalhada, para poder contribuir para sua aprovação.

Em razão disso, já agradecida pelo carinho e compreensão de todos, peço que **NÃO COMPARTILHE O MATERIAL** por nenhum meio (sites, e-mail, grupos de WhatsApp ou Facebook...). Se você vir qualquer compartilhamento suspeito, peço que denuncie essa fonte ilegal, por favor e também me envie no contato mapasdalulu.com.br. **Pirataria é crime** e pode resultar penas de até **QUATRO** anos de prisão, além de multa (art. 184, CP).

O compartilhamento do material pelo aluno importará em seu bloqueio imediato.

Agradeço a todos pelo enorme carinho e respeito. Espero que aproveitem muito os Mapas da lulu.

Um beijo,
Laura Amorim

ÍNDICE

1. ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

1.1 PPA, LDO, LOA na CRF/88	05
1.2 Princípios Orçamentários	11
1.3 Créditos Adicionais	16
1.4 Vedações Constitucionais	20
1.5 Despesas com Pessoal na CF/88	22
1.6 Ciclo Orçamentário	23
1.7 O Orçamento Público	32
1.8 Receita Pública	37
1.9 Despesa Pública	42
1.10 Estágios da Receita	50
1.11 Estágios da Despesa	51
1.12 Restos a pagar, D.E.A., Suprimentos de Fundos	52
1.13 Execução Orçamentária	54
1.14 Sistemas de Informação (SIAFI)	57
1.15 LRF – Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar 101-2000)	59
1.16 Precatórios	76
1.17 Finanças Públicas	77
1.17 Previsões da EC 109/21	79

ASPECTOS GERAIS

- = Plano plurianual
Instrumento de planejamento
Para um período de **4 anos**
- Pode ser **revisado** durante sua vigência:
 - Inclusão
 - Exclusão
 - Alteração
- Planos e programas previstos na CF/88
 - Nacionais
 - Regionais
 - Setoriais

Devem ser elaborados em **consonância** com o P.P.A. e apreciados pelo Congresso Nacional.

NOVIDADE! EC 109/2021: o PPA deve obedecer, no que couber, os resultados do monitoramento/avaliação das políticas públicas do §16, do art. 37.

CONCEITOS IMPORTANTES

- **Diretrizes** → Normas gerais, estratégicas.
- **Objetivos** → O que deve ser feito
- **Metas** → Medidas do alcance do objetivo
- **Programas de Duração Continuada** → Programas governamentais sem prazos de conclusão relacionados às suas finalidades.
(Não apresentam aqueles das atividades- meio
Interpretação restritiva para fins de inclusão no PPA)

CONCEITO

CAI MUITO!

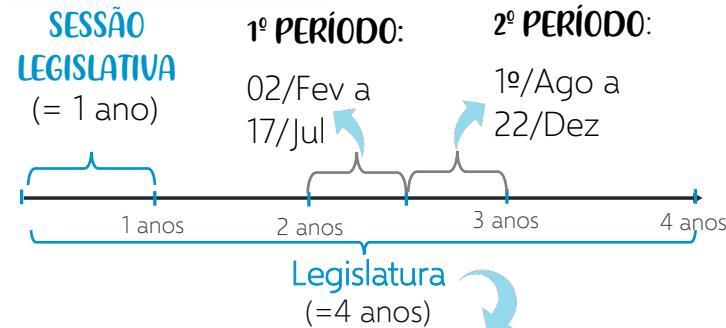
- Estabelece, de forma **regionalizada**:
 - **Diretrizes**
 - **Objetivos**
 - **Metas**
- da administração pública federal para as despesas:
 - De capital e outras delas decorrentes
 - Relativas aos programas de duração continuada

P.P.A.
= NA CF/88 =

INVESTIMENTOS

- = Despesas com:
Softwares + Planejamento e execução de obras
- + Aquisição de
 - Instalações
 - Equipamentos
 - Material permanente
- Nenhum investimento cuja **execução ultrapasse um exercício financeiro** poderá ser iniciado sem:
 - Prévia inclusão no P.P.A. ou
 - Lei que autorize a inclusão
 - Sob pena de **crime de responsabilidade**
(Logo, se sua execução não ultrapassa um exercício financeiro, ele não precisa estar previsto no P.P.A.)

LINHA DO TEMPO



p.p.a.
= NA CF/88 =

1 Legislatura = 4 sessões legislativas

1 Sessão legislativa = 2 Períodos legislativos

Entre cada período legislativo, há um **recesso legislativo**.

PRAZOS PARA O P.P.A.

CAI MUITO!

(Federal)



OBSERVAÇÕES

- Cada **Estado/DF** e **município** tem seus próprios PPA/ LDO/ LOA
- A **iniciativa** do PPA é sempre do **Poder Executivo**.

IMPORTANTE!

O período de **vigência do P.P.A.** não se confunde com o **mandato** do chefe do executivo.
(Para manter a continuidade dos programas)

→ Ele é elaborado no **1º ano** do mandato e entra em vigor no **2º ano**

ASPECTOS GERAIS

- Surgiu com a **CF/88**
 - É o elo entre P.P.A. → L.O.A.
 - Estratégico
 - Operacional
 - É **anual**.

Obs.: A L.R.F. previu novas funções

- Obrigatoriedade dos anexos de
 - Deve dispor sobre o equilíbrio de receitas e despesas

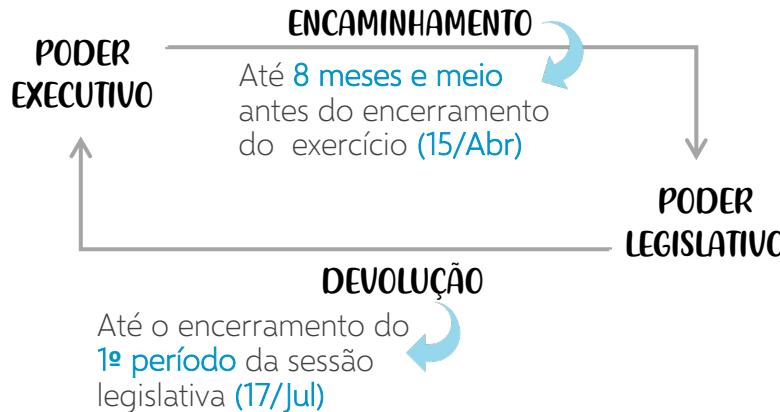
Metas fiscais
Riscos fiscais

(Detalhadas mais à frente)

PRAZOS PARA A L.D.O.

 DECORE!

(Federal)



CONCEITO

- Compreende Metas e da administração
Prioridades Pública Federal

-  NOVIDADE! **EC 109/2021**: estabelecerá **diretrizes** de política fiscal e respectivas **metas**.

Em consonância com trajetória sustentável da dívida pública

- Orientará a elaboração da L.O.A.
 - Disporá sobre **alterações na legislação tributária** (mas não pode criar, suprimir, aumentar, diminuir ou autorizar tributos)
 - Estabelecerá a **política de aplicação** das agências financeiras oficiais de **fomento**.

(Ex.: bens, BB, Caixa,...)

 **NOVIDADE!** EC 109/2021: a LDO deve obedecer, no que couber, os resultados do monitoramento/avaliação das políticas públicas do §16, do art. 37.

ASPECTOS GERAIS

- É o orçamento propriamente dito.
 - Prevê → Arrecadação de **receitas**
 - Fixa → Realização de **despesas**
- Diz respeito ao período de **1 ano**.
- Finalidade = Concretização dos objetivos e metas do **P.P.A.**
 - Em consonância com o estabelecido na **L.D.O.**
- O **projeto** da L.O.A. deve ser acompanhado de **demonstrativo regionalizado** do efeito sobre receitas e despesas decorrentes de:
 - Isenções
 - Anistias
 - Remissões
 - Benefícios de natureza
 - Financeira
 - Tributária
 - Creditícia
 - Subsídios

 **NOVIDADE!** EC 109/2021: a LOA deve obedecer, no que couber, os resultados do monitoramento/avaliação das políticas públicas do §16, do art. 37.

PRAZOS PARA A LOA.



(Federal)

PODER EXECUTIVO

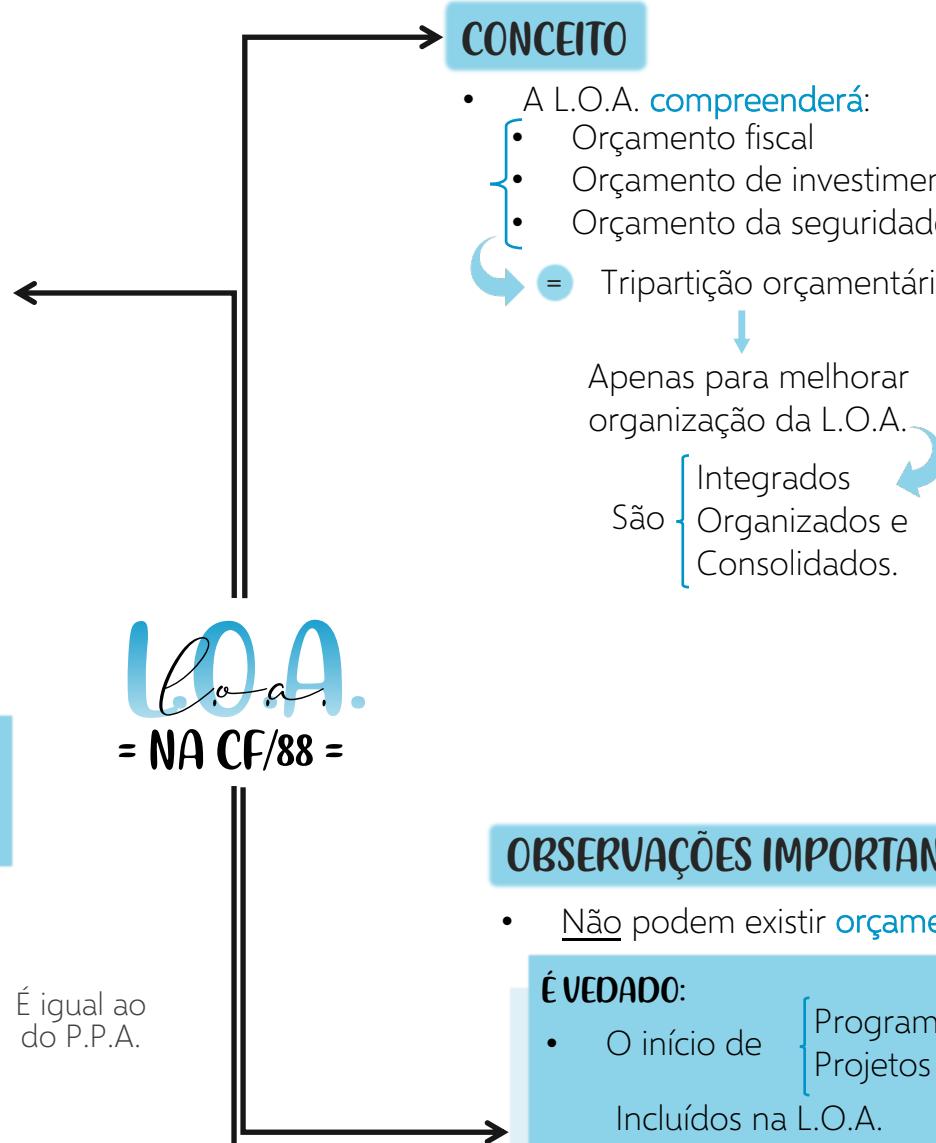
ENCAMINHAMENTO

Até **4 meses** antes do encerramento do exercício **(31/Ago)**

PODER LEGISLATIVO

DEVOLUÇÃO

Até o encerramento do **2º período** da sessão Legislativa **(22/Dez)**



OBSERVAÇÕES IMPORTANTES

- Não podem existir **orçamentos paralelos!**

É VEDADO:

- O início de
 - Programas ou Projetosnão incluídos na L.O.A.
- Proíbe a consignação de crédito com
 - Finalidade imprecisa ou
 - Dotação ilimitada

ORÇAMENTO FISCAL

- Referente aos poderes da União

+ Seus

Fundos
Órgãos
Entidades da Administração
Direta e Indireta

Inclusive as **fundações** { Mantidas e
Instituídas
pelo poder público.

ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL

- Seguridade social

↳ Educação não
faz parte!

= Saúde
Previdência
Assistência social

- Abrange todos os órgãos e entidades a ela vinculados
(Administração direta e indireta)

- Órgãos **vinculados** aos ministérios correspondentes:
 - Todas as despesas independentemente da natureza da despesa
- Órgãos **não vinculados** aos ministérios correspondentes:
 - Só as despesas típicas da seguridade.

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO DAS ESTATAIS

- Investimento das empresas em que a União,
↳ Só os investimentos! As despesas de custeio **não** precisam estar na L.O.A.
direta ou **indiretamente**, detenha a **maioria** do capital social **com direito a voto**.
(= Empresas controladas pela União)

L.O.A.
= NA CF/88 =

+ **Fundos e fundações** { Mantidos e
Instituídos
pelo poder público

IMPORTANTE!

- Os orçamentos

Fiscal e
De investimento
das estatais

↳ O da seguridade social, não!

têm

o objetivo de reduzir as desigualdades inter-regionais, segundo o critério populacional

**ESTATAIS NÃO
DEPENDENTES**

Orçamento de
investimento das estatais

**ESTATAIS
DEPENDENTES**

Orçamento fiscal e da
seguridade social

ASPECTOS GERAIS

- Autoriza a **transferência de recursos**

federais a

DF	mediante	emendas individuais
Estados		ao projeto de L.O.A.
Municípios		

TIPOS

TRANSFERÊNCIA ESPECIAL:

- Possibilita ao ente firmar contratos de **cooperação técnica** para subsidiar o acompanhamento da aplicação dos recursos
- Pelo menos 70% → Aplicadas em despesa de capital

RECURSOS:

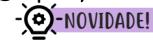
- Repassados **diretamente** ao ente (^{Independe da celebração}
de convênios, etc.)
- Pertencerão ao ente quando da efetiva transferência.
- Aplicados em **áreas de competência** do Poder Executivo do ente beneficiado.

TRANSFERÊNCIA COM FINALIDADE DEFINIDA:

- Os recursos serão:
 - **Vinculados** à programação estabelecida
 - Aplicados em **áreas de competência** constitucional **da União**

L.O.A.

= NA CF/88: EC 105/19 =



IMPORTANTE

- Os recursos transferidos **não integrarão a receita** dos entes beneficiários para fins de:
 - Repartição
 - Cálculo dos limites de despesa com pessoal (Ativo/inativo)
 - Cálculo dos limites de endividamento do ente.
- **Vedado** o uso dos recursos para:
 - Despesa com **pessoal** e encargos sociais
 - Encargos do **serviço da dívida**

PRINCÍPIO DA UNIVERSALIDADE

- A L.O.A. deverá conter **todas** as **receitas e despesas** referentes aos poderes da União

+ seus **Fundos**
Órgãos
Entidades da administração
direta de indireta

Inclusive as **fundações** **pelo poder público**
mantidas e
instituídas

Todas as **receitas** → Inclusive as
operações de crédito autorizadas em
lei.

Todas as **despesas** → Próprias dos
órgãos ou que por intermédio deles
se devam realizar.

- A **L.O.A.** compreenderá:

- Orçamento **fiscal**
- Orçamento **de investimento das estatais**
- Orçamento **da seguridade social**

PRINCÍPIO DA UNIDADE

- O orçamento deve ser **uno**.
= Somente um orçamento por ente da federação
- Visa **eliminar** a existência de **orçamentos paralelos**
Facilita o controle racional e direto das operações financeiras.

PRINCÍPIO DA TOTALIDADE

- Há coexistência de múltiplos orçamentos que, entretanto, devem ser consolidados.

princípios orçamentários

PRINCÍPIO DA ANUALIDADE OU PERIODICIDADE

- O orçamento deve ser **elaborado e autorizado** para o período de 1 ano.
(= 1 exercício financeiro)
- Para que o **executivo** tenha que pedir permissão periodicamente ao **legislativo**
- O **P.P.A.** não é considerado exceção.
(É um plano estratégico e não operacional)
- São considerados **exceções** os créditos **especiais** e **extraordinários** reabertos no exercício seguinte.

PRINCÍPIO DO ORÇAMENTO BRUTO

- As **receitas** e **despesas** devem constar do orçamento pelos seus **totais**.
Sem qualquer dedução
- **Veda** que sejam incluídas em seus **montantes líquidos**.
- Cotas de receitas que uma entidade pública deva transferir a outra =
Orçamento da { Transfere: **despesa**
entidade que { Recebe: **receita**

PRINCÍPIO DA EXCLUSIVIDADE

- A lei orçamentária **não** conterá dispositivo estranho à { Previsão de receitas
Fixação de despesas
Exetuando-se da proibição:
 - Autorização para **abertura de créditos suplementares**
 - Contratação de **operações de crédito**
(Ainda que por antecipação de receita)
- Para **evitar** que o orçamento seja utilizado para aprovação de **matérias estranhas**.
(aproveitando-se da celeridade de sua tramitação)

PRINCÍPIO DA ESPECIFICAÇÃO OU DISCRIMINAÇÃO

- As **receitas** e **despesas** devem ser discriminadas, demonstrando a Origem e } Aplicação } dos recursos.
- A lei orçamentária **não** consignará **dotações globais** destinadas a atender indiferentemente as despesas de:
 - Pessoal
 - Material
 - Serviços de terceiros
 - Transferências
 - Outras.

PRINCÍPIOS ORÇAMENTÁRIOS

- **Exceções** = despesas que se referem a :
 - Programas especiais de trabalho..
(Por sua natureza, não podem cumprir as normas gerais de execução da despesa)
 - Reservas de contingência
(Para enfrentar possíveis perdas advindas de situações emergenciais)

PRINCÍPIO DA PROIBIÇÃO DO ESTORNO

- O administrador público não pode:
 - Transpor
 - Remanejar
 - Transferir

Recursos sem autorização legislativa
- Exceção:** ato do poder executivo pode, sem prévia autorização do legislativo,
 - Transpor
 - Remanejar
 - Transferir

Recursos de uma categoria de programação no âmbito das atividades de Ciência, Tecnologia, Inovação, com o objetivo de viabilizar os resultados de projetos restritos a essas funções

PRINCÍPIO DA QUANTIFICAÇÃO DOS

CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS

- São **vedadas**:
 - Concessão de **créditos ilimitados**
 - Utilização
- Dotação** = montante de recursos financeiros do crédito orçamentário.

Cada crédito deve ter e respeitar sua respectiva dotação

PRINCÍPIOS ORÇAMENTÁRIOS

CONCEITOS IMPORTANTES:

TRANSPOSIÇÃO



TRANSFERÊNCIA



REMANEJAMENTO

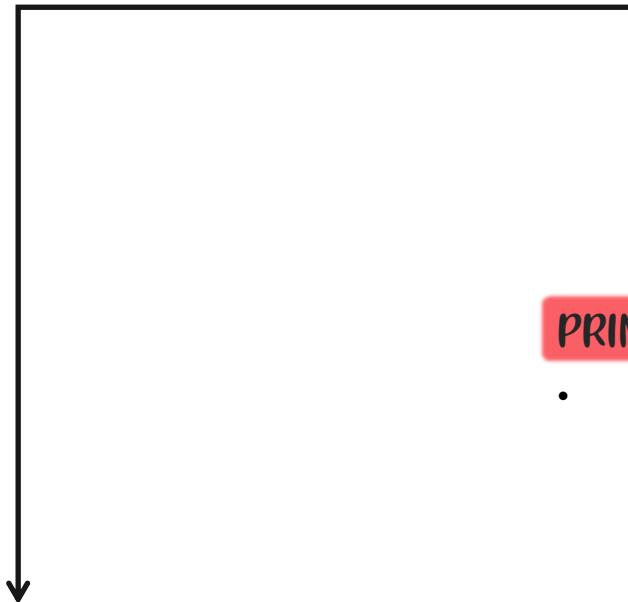


PRINCÍPIO DO EQUILÍBRIO ORÇAMENTÁRIO

- Visa assegurar que:

Despesas autorizadas → Não superem → Previsão de receitas
- A L.D.O. tratará do **equilíbrio** entre receitas e despesas (Lei de Diretrizes Orçamentárias)
- Contábil e formalmente**, o orçamento estará **sempre equilibrado**.

PRINCÍPIOS ORÇAMENTÁRIOS



PRINCÍPIO DA LEGALIDADE

- Todos os instrumentos de

Planejamento	+	Orçamento
Serão leis .		(Resultado de um processo legislativo completo)

PRINCÍPIO DA PUBLICIDADE

- É **condição de eficácia** do ato sua divulgação em veículos oficiais de comunicação

PRINCÍPIO DA TRANSPARÊNCIA ORÇAMENTÁRIA

- Exige a ampla divulgação, inclusive em meio eletrônico de:
 - Instrumentos de (PPA, LDO, LDA)

Planejamento	+	Orçamento
Prestação de contas		Relatório resumido de execução orçamentária
 - Relatórios
 - Anexos
- A transparência será assegurada mediante:
 - Incentivo à participação popular
 - Acompanhamento da sociedade, em tempo real, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira.
 - Adoção de sistema integrado de administração financeira e controle

PRINCÍPIO DA PROGRAMAÇÃO

- O **orçamento** deve expressar as Realizações e Objetivos de forma programada planejada
- O **orçamento** deve ter conteúdo e forma de programação
- Vincula normas orçamentárias a:
 - Consecução e finalidade do PPA
 - Programas
 - Nacionais
 - Regionais
 - Setoriais
 de desenvolvimento.

PRINCÍPIOS ORÇAMENTÁRIOS

PRINCÍPIO DA UNIFORMIDADE OU CONSISTÊNCIA

- O orçamento deve manter uma mínima **padronização/uniformidade** na apresentação dos dados
- Para permitir a **comparação entre os orçamentos**

PRINCÍPIO DA CLAREZA

- O **orçamento** deve ser apresentado em linguagem **Clara e Compreensível**
- e expresso de forma **Clara**, **Ordenada** e **Completa**

PRINCÍPIO DA NÃO-AFETAÇÃO DE RECEITAS

- Nenhuma receita de **impostos** poderá ser (das demais espécies tributárias, podem) reservada/comprometida para atender a determinados gastos.
- **Salvo as ressalvas constitucionais:**
 1. Repartições constitucionais de impostos
 2. Destinação de recursos para:
 - Saúde
 - Desenvolvimento do ensino
 - Administração tributária
 3. Prestação de garantias às operações de crédito por A.R.O. (Antecipação de receita orçamentárias)
 4. Garantia/contragarantia à União e pagamento de débitos para com esta.

ASPECTOS GERAIS

- Crédito orçamentário **inicial/ordinário**
= aquele aprovado pela L.O.A.
- Possui uma **dotação** = Limite do recurso financeiro autorizado.
- Durante a execução orçamentária:
 - As despesas podem ser insuficientemente dotadas e
 - Outras novas podem surgir
 - Podem ocorrer calamidades, urgências,...
 - Surge a necessidade dos **créditos adicionais**

Permitem modificações do orçamento

Qualitativas
Quantitativas

SOLICITAÇÕES DE ALTERAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

Unidade orçamentária → 1 → Órgão setorial → 2 → Secretaria de orçamento federal

A alteração pode se iniciar na U.O ou O.S.

Se aprovar o pedido, prepara atos legais necessários à formalização da alteração no orçamento

1 Encaminha o pedido ao O.S.

2 Analisa e, se aprovar, encaminha à S.O.F. ou faz uma proposta.

CRÉDITOS ADICIONAIS

Créditos adicionais = autorizações de despesas não computadas ou insuficientemente dotadas na lei do orçamento.



- **Objetivo:** dar maior **flexibilidade** ao gestor:
- O **ato** que abrir o crédito adicional **indicará:**
 1. Importância
 2. Classificação da despesa (Até onde for possível)
 3. Espécie
- Serão apreciados pelas **duas casas** do Congresso Nacional

CRÉDITOS ADICIONAIS

CLASSIFICAÇÃO

- (Detalhados à frente)
- **Suplementares:** destinados a **reforço** de dotação orçamentária (Já existente)
 - **Especiais:** destinados a **despesas** para as quais **não haja dotação** orçamentária.
 - **Extraordinários:** destinados a despesas **urgentes** e **imprevisíveis**
(Guerra, comoção interna, calamidade pública,...)

CRÉDITOS ADICIONAIS

CRÉDITOS SUPLEMENTARES

CONCEITO

- Destinados a **reforço** de dotação orçamentária → A dotação já exista e estava prevista na L.O.A.
- Incorporam-se ao orçamento

VIGÊNCIA

- Limitada ao **exercício** em que forem autorizados.

AUTORIZAÇÃO E ABERTURA

- Devem ser **autorizados** em **lei**.
- Abertos** por **decreto** do Executivo
- Sua **abertura depende** da existência de recursos disponíveis + justificativa.

Exceção ao princípio da exclusividade

IMPORTANTE!

A L.O.A. pode conter autorização ao poder Executivo para abertura de créditos suplementares (até determinado valor/percentual) sem necessidade de submissão ao legislativo.

CRÉDITOS ESPECIAIS

- Destinados a **despesas** para as quais **não haja dotação** orçamentária.
- Devem ser **autorizados** em **Lei** Especial. (Não pode ser na L.O.A.)
 - Não incorporam-se ao orçamento (mantêm sua especificidade)
- O **reforço** de um crédito especial é feito
 - Pela regra prevista no próprio crédito **ou**
 - Abertura de novos créditos especiais
- Sua **abertura depende** da Existência de
 - Recursos disponíveis
 - + Justificativa.

VIGÊNCIA

- Limitada ao **exercício** em que forem autorizados.
- **Salvo**: autorização promulgada nos **últimos 4 meses** do exercício → poderão ser **reabertos** nos limites de seus saldos e viger até o término do exercício seguinte.
- É **exceção** ao princípio da anualidade.

CRÉDITOS ADICIONAIS

CRÉDITOS EXTRAORDINÁRIOS

- Destinados a despesas **Urgentes** e **Imprevisíveis**
(Guerra, comoção interna, calamidade pública,...)
- **Não dependem** da existência de recursos disponíveis
(A indicação da fonte de recursos é facultativa)
- **Não** incorporam-se ao orçamento
(mantêm sua especificidade)

ABERTURA

- São abertos por **medida provisória**
(Nos entes em que existe) ou por **decreto** (nos entes em que não)
 - + Dar imediato conhecimento ao **Legislativo**
- Deve prever uma **dotação limitada**.
- O **reforço** de um crédito extraordinário é feito **Pela regra prevista no próprio crédito ou** abertura de novos créditos extraordinários

VIGÊNCIA

- Limitada ao **exercício** em que forem autorizados.
→ **Salvo**: autorização promulgada nos **últimos 4 meses** do exercício → poderão ser **reabertos** nos limites de seus saldos e viger até o término do exercício seguinte.
- É **exceção** ao princípio da anualidade.

RECURSOS PERMITIDOS



(Desde que não comprometidos!)

1. **Superávit financeiro** apurado no balanço patrimonial do exercício **anterior**.

Superávit financeiro = diferença positiva entre ativo financeiro e passivo financeiro

(Conjugando-se créditos adicionais transferidos e operações de crédito a eles vinculadas)

2. **Excesso** de arrecadação

(Deduzida a importância dos créditos **extraordinários** abertos no exercício)

→ **Economia de despesas** não é fonte de recursos!

3. Resultantes de **anulação** { Total ou Parcial

de { Créditos adicionais ou Dotação orçamentárias

4. Produto de **operações de créditos**

autorizadas (de modo que sejam executáveis pelo executivo)
(**Exceto operações por A.R.O.**)

5. Recursos que, em decorrência

veto
de { emenda do projeto da **L.O.A.**,
rejeição

ficarem **sem despesas correspondentes**,
para créditos especiais ou suplementares

VALOR ORÇAMENTÁRIO

- **Fontes** que resultam em um **aumento** do valor global do orçamento:
 - **Superávit financeiro**
 - **Excesso** de arrecadação
 - Produto de **operações de créditos**
- **Fontes** que não alteram o valor global:
 - Resultantes de **anulação** { Total ou parcial

{ Créditos adicionais ou de Dotação orçamentárias

- Recursos **sem despesas correspondentes**.
- Recursos da **reserva de contingências**.

Para o atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos

6. Recursos da **reserva de contingências**.

= Dotação global não especificamente destinada

a determinado { Órgão
Unidade orçamentária
Programa
Categoria econômica

→ Forma de **utilização** e **montante** estabelecidos na **L.D.O.**, com base na receita corrente líquida.

7. Reserva do **RPPS**

→ Para atender compromissos deste regime

VEDAÇÕES CONSTITUCIONAIS

SÃO VEDADOS:

1. Início de

Programas	não incluídos na L.O.A.
Projetos	

2. Realização de despesas ou assunção de obrigações } que **excedam** os créditos orçamentários ou adicionais.

3. Realização de **operações de crédito** que excedam o montante das **despesas de capital**. (= Regra de ouro)

↳ **Ressalvadas** as autorizadas mediante créditos suplementares/especiais com finalidade precisa → Aprovados pelo Legislativo por maioria absoluta

4. A **vinculação** da receita de **impostos** a

órgão	
fundo	
despesa	

↳ **Ressalvados:**

- **Repartição** constitucional
- ações e serviços de **saúde**
- Recursos para manutenção e desenvolvimento do **ensino**
- atividades da **administração tributária**
- Prestação de **garantias** às operações de crédito por A.R.O. (antecipação de receita orçamentária)
- Prestação de **garantia e contragarantia** à União e pagamento de **débitos** para com esta.

5. A abertura de crédito

Especial ou	
Suplementar	

sem:
 - Prévia autorização legislativa
 - Indicação dos recursos correspondentes
6. Transpor

Remanejar	
Transferir	

Recursos sem autorização legislativa
7. Concessão ou utilização de **créditos ilimitados**.

↳ Proíbe a consignação de crédito com

 - Finalidade imprecisa ou
 - Dotação ilimitada
8. Instituição de **fundos** de qualquer natureza **sem** autorização legislativa
9. ☀️ **NOVIDADE!** A criação de **fundo público**, quando seus objetivos puderem ser alcançados mediante:
 - **Vinculação de receitas**
 - **Execução direta** por programação **orçamentária/financeira** de órgão ou entidade da administração(EC 109/2021)

VEDAÇÕES CONSTITUCIONAIS



SÃO VEDADOS:

9. Utilização, sem autorização legislativa, de recursos do orçamento para **suprir necessidades** ou cobrir déficits de

Fiscal ou	Da seguridade social
Empresas	
Fundações	Fundos
Fundos	
10. A **transferência** voluntária de recursos ou concessão de **emprestimos** (inclusive por A.R.O.) pelos • Governos

Federal e	Estaduais ou
• Suas instituições financeiras	

 para o pagamento de despesas com pessoal

Ativo	Inativo
Inativo	
Pensionista	Pensionista
Pensionista	
11. O uso de recursos das **contribuições sociais** para **despesas distintas** do pagamento de **benefícios do R.G.P.S.**
12. Nenhum investimento cuja **execução ultrapasse um exercício financeiro** poderá ser iniciado sem

Prévia inclusão no P.P.A. ou	Lei que autorize a inclusão
Lei que autorize a inclusão	



NOVIDADE! (EC 128/22)

A lei não imporá nem transferirá qualquer encargo financeiro decorrente da prestação de serviço público (inclusive despesas de pessoal e seus encargos) para a União, Estados, DF ou Municípios, sem a previsão de:

- **fonte orçamentária e financeira** necessária à realização da despesa ou
- correspondente **transferência de recursos** financeiros necessários ao seu custeio,



Ressalvadas as obrigações:

- assumidas espontaneamente pelos entes federados
- decorrentes da fixação do salário mínimo

despesas com pessoal = NA CF/88 =

LIMITES

- A despesa com pessoal ativo inativo de União
Estados/DF
Municípios não poderá exceder limites estabelecidos em Lei Complementar.
↳ LRF (Lei de Responsabilidade Fiscal)

PUNIÇÕES

- Serão imediatamente suspensos todos os repasses de verbas federais ou estaduais aos Estados/DF
Municípios que não observarem os limites

PROVIDÊNCIAS PARA CUMPRIMENTO DOS LIMITES

Redução em pelo menos 20%

- das despesas com Cargos em comissão
Funções de confiança

Exoneração de servidores não estáveis

se não for suficiente

Exoneração de servidores estáveis

- Ato normativo motivado
- Cargo considerado extinto
(Vedada criação de um semelhante por 4 anos)
- Indenização de 1 mês de remuneração por 1 ano de serviço

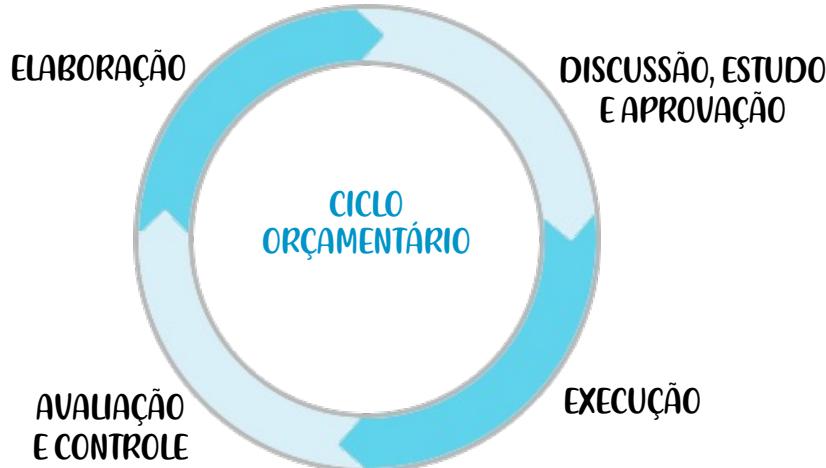
CONDIÇÕES

- Concessão de Vantagens ou Aumentos
- + Criação de Cargos Empregos Funções
- + Admissão/contratação de pessoal pela administração direta ou indireta só poderão ser feitos se houver:
 1. Autorização específica na L.D.O.
(Ressalvadas empresas públicas e)
sociedades de economia mista)
 2. Prévia dotação orçamentária suficiente.

ciclo ORÇAMENTÁRIO

ASPECTOS GERAIS

- O ciclo/ processo:



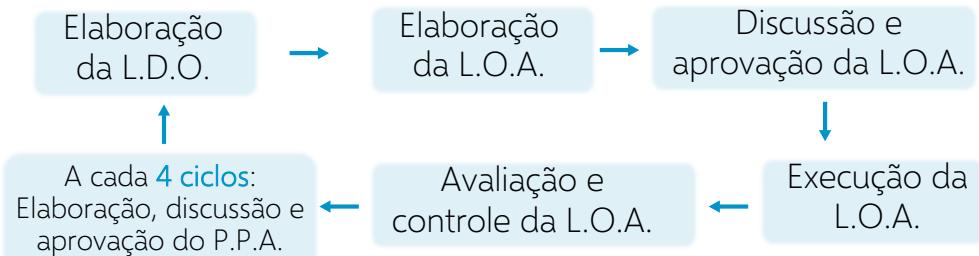
- É contínuo e **dinâmico**.
- Não é autossuficiente → a elaboração de sua proposta renova-se anualmente.

Exercício
financeiro
(= ano civil)



Ciclo
orçamentário
Inicia-se com a elaboração,
no exercício anterior àquele
da execução

CICLO ORÇAMENTÁRIO AMPLIADO



DECORE!

P.P.A. → 4 anos
L.D.O. → Anual
L.O.A. → Anual



INICIATIVAS

PODER EXECUTIVO

- **P.P.A.**: Plano Plurianual
- **L.D.O.**: Lei de Diretrizes Orçamentárias
- **L.O.A.**: Lei Orçamentária Anual.
(C) É competência privativa do presidente (e indelegável)
- A iniciativa é **vinculada** (obrigatória).

PODER JUDICIÁRIO E LEGISLATIVO, MPs E DPs

- Elaboram suas **próprias propostas** orçamentárias.
- O **Poder Executivo** colocará à disposição dos demais poderes e M.P. estudos e **estimativas de receitas** para o exercício seguinte no mínimo **30 dias** antes do prazo de envio de suas propostas orçamentárias.
- Se algum dos poderes ou M.P **não enviarem** suas propostas no prazo:
(C) O Executivo usará os valores aprovados na **L.O.A. vigente, ajustados** de acordo com os limites estipulados na L.D.O.



Se a **proposta** de algum dos poderes ou M.P. estiver em **desacordo com os limites** da L.D.O., o Poder Executivo **procederá aos ajustes** necessários para consolidação da proposta orçamentária anual

ciclo ORÇAMENTÁRIO = ELABORAÇÃO E PLANEJAMENTO =

PRAZOS

Sessão Legislativa
(= 1 ano)



1º período:
02/Fev a
17/Jul

2º período:
1º/Ago
a 22/Dez

INSTRUMENTO

P.P.A

ENCAMINHAMENTO AO LEGISLATIVO

Até **4 meses** antes do encerramento do 1º exercício **(31/ago)**
(1º ano do mandato)

L.D.O

Até **8 meses e meio** antes do encerramento do exercício **(15/abr)**

L.O.A.

Até **4 meses** antes do encerramento do 1º exercício **(31/ago)**

DEVOLUÇÃO AO EXECUTIVO

Até o encerramento do **2º período** da sessão legislativa **(22/dez)**

Até o encerramento do **1º período** da sessão legislativa **(17/jul)**

Até o encerramento do **2º período** da sessão legislativa **(22/dez)**

- Caso o **executivo** não submeta a proposta orçamentária dentro do prazo, o **legislativo** considera como **proposta orçamentária a L.O.A. vigente**

LEI COMPLEMENTAR

CF/88: cabe à Lei Complementar:

1. Dispor sobre:
 - O exercício financeiro
 - Vigência
 - Prazos
 - Elaboração
 - Organizaçãodo P.P.A., L.D.O. e L.O.A.
2. Estabelecer **normas** de gestão financeira e patrimonial da administração
+ Condições para **instituição** funcionamento dos fundos
3. Dispor sobre **critérios** para execução equitativa das **emendas individuais** e **de bancada** (adicionado pela EC 100/2019) de execução obrigatória
+ Procedimentos para quando houver:
 - Impedimento **legais** **técnicos**
 - Cumprimento de restos a pagar
 - Limitação das programações

→ **Não confunda os termos:**

**EMENDA
PARLAMENTAR**

Emendas ao projeto em tramitação no processo Legislativo.

**EMENDA
CONSTITUCIONAL**

Alteração da Constituição Federal



CONTEÚDO DA PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA

1. **Mensagem:** Conterá exposição circunstanciada da situação econômico-financeira do Governo:
 - Dívida fundada e flutuante
 - Saldo de créditos especiais
 - Restos a pagar
 - + Justificação da política econômico-financeira do Governo
 - + Justificação de receitas e despesas

2. Projeto da L.O.A.

3. **Tabelas** explicativas: receitas e despesas de vários anos.

2. **Especificação** dos programas especiais de trabalho custeados por **dotações globais**



Em termos de **metas** visadas (estimativas dos custos de obras + serviços)

- + Justificação **Econômica** **Financeira** **Social** **Administrativa**

CICLO ORÇAMENTÁRIO = ELABORAÇÃO E PLANEJAMENTO =



ASPECTOS GERAIS

- = Debate entre os parlamentares sobre a proposta
- Os **projetos** das peças orçamentárias serão apreciados **pelas duas casas** legislativas na forma do **regime comum**.

COMISSÃO MISTA DE PLANOS,

ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO

- Comissão **permanente** do legislativo **Federal**.
- Mista = Senador + Deputados.
(A dos demais entes é comissão normal)



O **Presidente da República** poderá enviar **mensagem** ao Congresso para propor **modificações** nos projetos enquanto não iniciada a votação, na **comissão mista** (não é no plenário!) da parte cuja alteração é proposta.

ciclo ORÇAMENTÁRIO = DISCUSSÃO, ESTUDO = E APROVAÇÃO

APROVAÇÃO

- Por **maioria simples** em cada casa.
(É uma Lei Ordinária)
- Aplicam-se, em regra, as normas do processo Legislativo.
(No que não lhe for contrário)
- Só há “**punição**” se a **L.D.O.** não for aprovada no prazo:

A sessão legislativa não será interrompida sem a aprovação do projeto da L.D.O.

Não se aplica ao P.P.A. ou à L.O.A.



SANÇÃO

- É a **concordância** do chefe do **executivo** com o projeto de Lei. (Veto = Discordância)
- Se o legislativo **não** devolver o **PLOA**, o executivo deve obedecer as regras de **execução provisória** para a realização de despesas essenciais **previstas na L.D.O.** até que ele seja devolvido.

Em regra, as L.D.O.s determinam que, se até 31/dez o projeto da L.O.A. não for sancionado, a programação dele constante poderá ser executada até o limite de:

$$\frac{1}{12} \text{ do total de cada ação} \times \text{Número de meses até sua sanção}$$

EMENDAS PARLAMENTARES

- Tipos de emendas:
 - Individuais
 - De bancada estadual
 - De comissão (cujas competências sejam relacionadas)
 - Regra: **não** será admitido aumento de despesa prevista no **P.P.A.** através de emendas.
- P.L.O.A }
P.L.D.O } É **permitido** aumento de despesa

Reestimativa de receitas pelo legislativo só será admitida se comprovado **erro** ou **omissão** de ordem técnica ou legal.

PROIBIÇÕES

- Não se admitirão **emendas ao P.L.O.A.** que visem:
 1. **Alterar dotações** solicitadas para despesa de **custeio** (salvo se provada a inexatidão da proposta)
 2. Conceder dotação para:
 - Início de **obra** cujo projeto não esteja aprovado
 - Instalação/ funcionamento de **serviço** que não esteja anteriormente criado
 3. Conceder **dotação superior** aos quantitativos previamente fixado em **resolução** do poder legislativo para concessão de auxílios e subvenções.

As emendas ao projeto da **L.D.O.** não poderão ser aprovadas quando incompatíveis com o **P.P.A.**  CAI MUITO!

ciclo ORÇAMENTÁRIO = DISCUSSÃO, ESTUDO = E APROVAÇÃO

APROVAÇÃO DE EMENDAS DECORE!

- As emendas ao P.L.O.A. (ou aos projetos que o modifiquem) **só podem ser aprovadas** caso:
 1. Sejam compatíveis com o **P.P.A.** e com a **L.D.O.**
 2. Indiquem os **recursos** necessários

São admitidos apenas os provenientes de **anulação de despesa**, exceto:

- Dotações para pessoal e seus encargos.
 - Serviço da dívida
 - Transferências tributárias constitucionais para
 - Estados/DF
 - Municípios
3. Sejam relacionadas a:
 - Correção de erros ou omissões
 - Dispositivos do texto do projeto de Lei. (= emendas de redação)

ciclo orçamentário = EXECUÇÃO =

ASPECTOS GERAIS

- Execução **orçamentária**: uso das dotações dos créditos consignados na L.O.A.
- Execução **financeira**: uso dos recursos financeiros.
 - Devem estar em compasso com o desempenho da meta física.
- Até **30 dias** após a publicação do orçamento, o poder **executivo** estabelecerá:
 - Programação financeira
 - Cronograma de execução mensal de desembolso

CUMPRIMENTO DE METAS

- Os **recursos vinculados** a finalidade específica serão utilizados exclusivamente para atender ao objeto de sua vinculação, ainda que em exercício diverso daquele em que ocorrer o ingresso.
(As bancas adoram mudar esse final)  **PEGADINHA!**

EMENDAS PARLAMENTARES INDIVIDUAIS E DE BANCADA

DE EXECUÇÃO OBRIGATÓRIA

- Introduzidas pela [EC 86/2016](#) e [EC 100/2019](#).
- A execução das emendas parlamentares deixou de ser usada como moeda de troca.
- **EMENDAS INDIVIDUAIS:** serão aprovadas no limite de **2%** da **RCL** (Receita Corrente Líquida) do exercício anterior. 
- **Metade** será destinada a ações e serviços públicos de **saúde**.
- **emendas de Deputados → 1,55%**
- **emendas de Senadores → 0,45%**
- Vedada a destinação para pagamento de pessoal ou encargos sociais
- Computada para fim de cumprimento do mínimo de 15% da RCL em saúde

EXECUÇÃO OBRIGATÓRIA:

- Emendas Individuais: **2%** da **RCL realizada** no exercício **anterior**, conforme critérios para **execução equitativa**
- Emendas de bancada: **Até 1%** da **RCL realizada** no exercício **anterior**. (EC 100/2019)
- A execução não será **obrigatória** se houver impedimentos de **ordem técnica**.
- Os **restos a pagar** poderão ser considerados para fim de cumprimento da execução financeira das emendas obrigatórias até o limite de: 

 - para emendas **individuais** → **1%** da **RCL realizada** no exercício **anterior**.
 - para emendas **de bancada** → **0.5%** da **RCL realizada** no exercício **anterior**.

- Se houver **limitação de empenho** e movimentação financeira, o montante obrigatório poderá ser **reduzido na mesma proporção**.



EXECUÇÃO EQUITATIVA:

Atende de forma **igualitária** e **impeccável** às emendas apresentadas, independentemente da autoria, observada a proporção entre emendas de Deputados e Senadores

AVALIAÇÃO

- Analisa { eficácia da execução orçamentária
eficiência}
- Fornece **elementos de juízo** aos gestores para adotar medidas para:
 - Alcançar os objetivos
 - Otimizar o uso dos recursos
- Eficácia:** grau de atendimento das metas (resultados)
- Eficiência:** resultados + Uso de recursos
- Efetividade:** transformação da realidade conforme o objetivo estabelecido

CONTROLE

- Controle **legal**: para garantir que os recursos serão aplicados conforme previsto e segundo as leis.
- Controle **de resultado**: para garantir a efetividade das ações

ciclo ORÇAMENTÁRIO = AVALIAÇÃO E CONTROLE =

CONTROLE NA CF/88

- Cabe ao **Congresso Nacional** (Controle externo) e ao sistema de **controle interno** de cada poder.

A fiscalização COFOP:

- Contábil:** aplicação dos recursos conforme as técnicas contábeis
- Orçamentária:** aplicação dos recursos conforme instrumentos de planejamento e orçamento.
- Financeira:** fluxo de recursos administrados
- Operacional:** verificação do cumprimento de metas, resultados, eficácia, eficiência....
- Patrimonial:** controle, salvaguarda, conservação e

PRESTAÇÃO DE CONTAS:

Qualquer pessoa { Física/jurídica
Pública/privada que
Utilize
Arrecade
Guarde
Gerencie
Administre } Dinheiros, bens e valores públicos **ou**
pelos quais a União responda **ou** que,
em nome desta, assuma obrigações
pecuniárias.

ciclo

orçamentário

= AVALIAÇÃO E CONTROLE =

CONTROLE

CONTROLE INTERNO

- **Finalidades:**  **DECORE!**
 - 1. Avaliar o cumprimento das metas do PPA
 - + Execução dos programas de Governo
 - + Execução do orçamento da União
 - 2. Comprovar legalidade
 - + Avaliar resultados (Eficácia e eficiência)
 - Da gestão  Financeira, Orçamentária e Patrimonial
 - Da aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado
 - 3. Exercer o controle das operações de crédito, avais e garantias  direitos e haveres da União.
 - 4. Apoiar o controle externo na sua missão institucional.

 **PEGADINHA!**
As bancas trocam por
"Controle externo"

CONTROLE EXTERNO

- Pelo **Poder Legislativo**, com auxílio do **tribunal de contas**.
 - Principais competências do **TCU** (Art. 71, CF/88):
 - Não julga!!
1. **Apreciar** as contas do Presidente da República (anuais) (Parecer prévio em até 60 dias)
 2. **Julgar** as contas:
 - Dos administradores de dinheiros, bens e valores públicos
 - + de quem der causa a perda, extrativo ou outra irregularidade que resulte prejuízo ao erário
 3. Apreciar, para **fins de registro**, a legalidade dos atos de:
 - Admissão de pessoal a qualquer título (Salvo para cargos em comissão)
 - Concessão de aposentadorias, reformas e pensões
 4. Fiscalizar a aplicação de **recursos repassados** pela União mediante convênio, acordo ou ajuste a Estados, DF e, municípios.
 5. **Aplicar sanções** previstas em lei aos responsáveis em caso de ilegalidade de despesa ou irregularidade de contas.
 6. Sustar a execução de **ato impugnado** (contrato não!)
 - As **decisões** do TCU de que resulte terão eficácia de **Título Executivo**.
 - Multa
 - Imputração
 - de débito
 - O **TCU** encaminhará ao Congresso Nacional, **trimestral** e **anualmente**, o relatório de suas atividades.

ORÇAMENTO

TIPOS

(Não confunda com “espécies”!)

- Diz respeito ao **regime político** ou **sistema de governo** em que elaborado o orçamento.
 - Orçamento **Legislativo**:

Elaboração
Votação
Controle } → Competências do Poder Legislativo.

Execução → Poder Executivo

- Típico de países **parlamentaristas**.

Orcamento Executivo:

Elaboração
Votação
Controle
Execução

Competências do Poder **Executivo**.

- Típico de regimes autoritários.

- Orcamento Misto:

Elaboração
Execução } → Competências do
Poder Executivo.

Votação
Controle } → Competências do
Poder Legislativo.

- Lei Orçamentária: (Orçamento)
 - Lei **Formal** → Emanada de órgão com **competência legislativa**
 -  Não é Lei Material
 - Não tem a necessária abstração
generalidade
 - Lei **Ordinária**
 - Lei **Especial** → Tem **processo legislativo diferenciado**
 - Lei **Temporária** → Vigência com **prazo certo** (limitada a 1 ano)

O STF pode exercer o controle abstrato de constitucionalidade de normas orçamentárias.

- Orçamento **impositivo**: uma vez consignada uma despesa no orçamento, ela deve ser executada.
(Aplicado às emendas individuais e de bancada de execução obrigatória)
 - Orçamento **autorizativo**: a administração tem discricionariedade para executar ou não a despesa.
(Para todo o resto da LOA)

ORÇAMENTO TRADICIONAL OU CLÁSSICO

- Dissociação entre planejamento e orçamento.
- Visa à aquisição de meios
- Mero instrumento contábil e de controle da **legalidade e honestidade** do gestor.
- Baseado no exercício **anterior** (Foco no **passado**)
(É majoritariamente incremental)
- Principal classificação =
por { Unidades administrativas e
elemento de despesa
- **Não** há preocupação do gestor com:
 - As **necessidades da população**
(Apenas com as necessidades financeiras das unidades orçamentárias)
 - Objetivos e metas.

ORÇAMENTO DE BASE ZERO

- Análise crítica de todos os recursos solicitados pelos gestores.
↳ Questionamento sobre as **necessidades** de cada área
(Sem compromisso com um montante inicial de dotação)
- Maior **participação** do gestor → Deve detalhar e justificar cada gasto.
↳ Desvantagem:
 - Dificuldade
 - Lentidão
 - Alto custo

Na elaboração do orçamento
- As ações devem ser **identificadas** e **classificadas** em **ordem de importância** por meio de uma análise sistemática para que os pacotes de decisão sejam preparados.
(Pode ser considerada uma **técnica** do **orçamento programa**.)
- Trata cada item da despesa como uma **nova iniciativa** do Governo.
(Como se começasse do zero)
↳ Não levando em conta o ano anterior como valor inicial mínimo.

ORÇAMENTO DE DESEMPENHO OU POR REALIZAÇÕES

- Enfatiza o **resultado** dos gastos (= Desempenho organizacional) (Não só o gasto em si)
- **Quesitos:**
 - Objeto de gastos (secundário) + Programa de trabalho (com as ações desenvolvidas)
- **Deficiência:** ainda há **dissociação** entre **planejamento** e **orçamento**.

ORÇAMENTO = ESPÉCIES =

ORÇAMENTO

orçamento
= ESPÉCIES =

ORÇAMENTO-PROGRAMA

- É o orçamento **atual**.
- Integra **planejamento e orçamento** (Fins e meios)
- É um instrumento de planejamento da ação do Governo → por meio de:
 - Identificação de {
 - Programas de trabalho
 - Projetos
 - Atividades
 - Previsão dos custos relacionados
 - Com estabelecimento de {
 - Metas e
 - Objetivos
- O uso de programas **visa**:
 - Proporcionar maior **racionalidade** e **eficiência** na administração
 - Ampliar a visibilidade dos **resultados** e **benefícios** gerados para a sociedade
 - Elevar a **transparência** na aplicação de recursos
- Principais classificações = {
 - Funcional
 - Programática
- Consideram-se as análises das **alternativas** disponíveis e todos os **custos**.

ORÇAMENTO PARTICIPATIVO

- Complementa o orçamento-programa
- **OBJETIVA**:
 - Participação real da **população** na elaboração do orçamento.
 - Alocação eficiente e eficaz de recursos segundo as **demandas sociais**
- **DESVANTAGENS**: (Tudo tem que ser amplamente discutido)
 - Perda da flexibilidade
 - Maior rigidez na programação de investimentos.
- **Não há perda** da participação do **legislativo** e nem diretamente de **legitimidade**.
- **LRF**: deve ser incentivada a **participação popular**
 - + Realização de **audiências públicas** durante o processo de elaboração das Leis Orçamentárias.

FUNÇÕES CLÁSSICAS

- Classificação de Richard Musgrave (1974)
 - São **funções** do orçamento:
 1. Alocativa
 2. Distributiva
 3. Estabilizadora



- ORÇAMENTO = ORÇAMENTO = = FUNÇÕES =

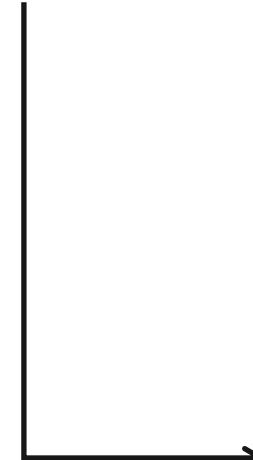
FUNÇÃO ALOCATIVA

- Relacionada à **alocação de recursos**.
 - Oferecimento, pelo Estado, de **bens** e **serviços** necessários e desejados pela sociedade
 - Normalmente, **não** são oferecidos pela iniciativa privada
 - **EVIDENCIADA:**
 - Quando no setor privado **não** há a necessária **eficiência** de infraestrutura econômica
 - Na provisão de:
 - Bens **públicos** → usufruídos pela população em geral de modo **indivisível**
 - Bens **meritórios** → Excluem parcela da população que não dispõe de recursos
 - (Podem ser também explorados pela iniciativa privada)

→ FUNÇÃO DISTRIBUTIVA

- Relacionada à **distribuição de renda**.
 - Para a correção de falhas de mercado, balanceando 
 - Equidade e
 - Eficiência
 - Principais instrumentos:
 - Tributos
 - Transferências

Ex.: Imposto de renda progressivo, realocando os recursos para programas de alimentação, transporte e moradia.



FUNÇÃO ESTABILIZADORA

- Relacionada à manutenção da **estabilidade econômica**
 - = Elevado nível de **emprego** + Estabilidade no nível de **preços**
 - + Equilíbrio no **balanço de pagamento** e razoável **crescimento econômico**.
(Não está relacionada à destinação de recursos)
 - Principal **instrumento** = atuação sobre a **demandaggregada**.

ORÇAMENTO



NORMAS GERAIS DE DIREITO FINANCEIRO

- Ramo do **direito público** que disciplina a atividade financeira do Estado.



LEI 4.320/64

- Lei de **Normas Gerais de Direito Financeiro**.
(Não é a L.R.F.!)
- É **lei ordinária**, mas foi recepcionada como **lei complementar** pela CF/88.

COMPETÊNCIA LEGISLATIVA

- É **concorrente** (União + Estados/DF):
 - Direito financeiro
 - Orçamento
- União → Normas **gerais**
 - Inexistindo Lei Federal, os Estados terão competência legislativa plena para atender a suas peculiaridades.
- Estados/DF → Competência suplementar
- Municípios:
 - Legislam sobre assuntos de interesse **local**.
 - **Suplementam** a legislação { Federal e
Estadual no que couber.

ASPECTOS GERAIS

RECEITA PÚBLICA:

- *Lato Sensu*: Toda entrada de recursos, incorporando-se ou não ao patrimônio e independentemente de haver contrapartida no passivo.
Ex.: Receitas tributárias, operações de crédito, caução,...
- *Stricto Sensu*: Toda entrada de recursos, que **incorpora-se** ao patrimônio público **sem** compromisso de **devolução** posterior.
Ex.: Receitas tributárias, alienação de bens,...

RECEITA PÚBLICA

CLASSIFICAÇÃO QUANTO À FORMA DE INGRESSO:

ORÇAMENTÁRIA:

- Transitam pelo patrimônio público.
- Todas as receitas arrecadadas (Inclusive por operações de crédito)
- Ainda que não previstas no orçamento!
↳ **Exceto as extraorçamentárias!**

ENTRAORÇAMENTÁRIA:

- Não integram o patrimônio público.
(Tem caráter temporário)
- São **passivos exigíveis** do ente
↳ Seu pagamento não está sujeito a autorização legislativa



ATENÇÃO!

- Operação de crédito
= Receita orçamentária
- Operação de crédito por antecipação de receita orçamentária
= Receita extraorçamentária

Exemplos: depósitos em caução, emissão de moeda, ônus diversos,...

CLASSIFICAÇÕES DOUTRINÁRIAS

- Quanto à afetação patrimonial:
 - Efetivas → Aumentam o patrimônio líquido sem contrapartida no passivo.
Ex.: Receitas correntes
(Salvo recebimento da dívida ativa)
 - Não efetivas → Entradas/alterações compensatórias.
Ex.: Receitas de capital
(Salvo recebimento de transferências de capital)
- Quanto à regularidade/periodicidade:
 - Ordinárias → Ingressos permanentes e estáveis (Ex.: IPTU, IPVA, IR,...)
 - Extraordinárias → Ingressos eventuais e imprevisíveis
(Ex.: Repatriação, indenizações,...)
- Quanto à coercitividade/procedência:
 - Originárias → Provêm do patrimônio do próprio Estado
 - Derivadas → Obtidas pelo Estado via sua autoridade coercitiva.
(Ex.: tributos e multas)

CODIFICAÇÃO

- Código de 8 dígitos.



1º DÍGITO: CATEGORIA ECONÔMICA (C.E)

1. Receitas correntes:

- Tributárias/de contribuições
- Patrimoniais
- Agropecuárias, industriais, de serviços
- Transferências correntes
- Outras

2. Receitas de capital

- Da realização de recursos oriundos da constituição de dívidas
- Da conversão em espécies de bens/direitos
- Transferências de capital
- Superávit do orçamento corrente
(= do balanceamento dos totais de receitas e despesas correntes)

7. Receitas correntes Intraorçamentárias

8. Receitas de capital Intraorçamentárias

Resultantes de operações entre órgãos/entidades

da administração integrantes dos orçamentos

Fiscal e da
seguridade social

2º DÍGITO: ORIGEM

- Subdivisão da C.E. para identificar a origem da receita no momento de ingresso no patrimônio público. (= fato gerador)

• Receitas correntes:

1. Impostos, taxas e contribuições de melhoria
2. Contribuições
3. Receita patrimonial → Exploração do patrimônio da entidade.
Ex.: Aluguéis, concessões, permissões, juros, dividendos, participações, royalties,...
4. Receita agropecuária
5. Receita Industrial
6. Receita de Serviços → Inclusive o recebimento de juros de empréstimos concedidos (= remuneração do capital)
7. Transferências correntes
8. Outras receitas correntes

• Receitas de capital

1. Operações de crédito → Colocação de títulos e contratação de empréstimos e financiamentos.
2. Alienação de bens
3. Amortização de empréstimos
= recebimentos de empréstimos concedidos (retorno de recursos))
4. Transferências de capital
9. Outras receitas de capital

**RECEITA
PÚBLICA**
= NATUREZA =

Não é nova categoria, mas
especificação de 1 e 2
(Para evitar outra contagem)

3º DÍGITO: ESPÉCIE

- Detalhe mais o fato gerador (origem)

Exemplos: Contribuições
(Origem)

- Contribuições sociais
 - Contribuições econômicas
 - Contribuições para entidades privadas de serviço social e formação profissional.
- (Espécies)

RECEITA PÚBLICA = NATUREZA =

4º AO 7º DÍGITOS: DESDOBRAMENTOS PARA IDENTIFICAR PECULIARIDADES

- É uma classificação facultativa, conforme a necessidade de especificação do recurso.

Ex.: 4º dígito = 8

Receitas exclusivas de Estados e municípios

8º DÍGITO: TIPO

- Identifica o tipo de arrecadação.
- Tipo 0: Natureza não valorizável
Tipo 1: Principal
Tipo 2: Multas e juros de mora da receita
Tipo 3: Dívida ativa
Tipo 4: Multas e juros de mora da dívida ativa
Tipo 5: Multa da receita principal quando a legislação diferenciar a destinação da multa da dos juros (não se aplica o Tipo 2)
Tipo 6: Juros da receita principal quando a legislação diferenciar a destinação da multa da dos juros (não se aplica o Tipo 2)
Tipo 7: Multa da dívida ativa quando a legislação diferenciar a destinação da multa da dos juros (não se aplica o Tipo 2)
Tipo 8: Juros da dívida ativa quando a legislação diferenciar a destinação da multa da dos juros (não se aplica o Tipo 2)
Tipo 9: Desdobramento a ser criado pela S.O.F.

EXEMPLO DE ESTRUTURA COMPLETA

Categoria Econômica	Origem	Espécie	Desdobramentos para identificar peculiaridades	Receita Corrente	Imposto	Impostos, taxas e contribuições de melhoria	IRPF	Principal
1	1	1	3.01.1	1	1	1	1	1

CODIFICAÇÃO

- Indica a **destinação** dos recursos arrecadados. (= como serão financiadas as despesas)

- Classificação de **Receitas e Despesas**

- Código de **3 dígitos**

Grupo de fontes



Especificações das fontes

- O controle por fontes deve ser feito da elaboração à execução do orçamento.



DESTINAÇÃO DE RECURSOS

(Recurso → Aplicação)

- Destinação **vinculada** → para o atendimento de finalidades específicas estabelecidas pela norma.
- Destinação **Ordinária** → Livre alocação entre a origem e aplicação de recursos, para atender quaisquer finalidades.



Possibilita o atendimento de disposições da L.R.F.

RECEITA PÚBLICA = FONTES =



💡 NOVIDADE!

1º DÍGITO: GRUPO DE FONTES DE RECURSOS

1. Recursos arrecadados no **exercício corrente**
3. Recursos arrecadados em **exercícios anteriores**
7. Recursos de operações de crédito ressalvadas pela lei de crédito adicional da regra de ouro
9. Recursos **condicionados**
↳ = Incluídos na previsão da receita orçamentária, mas dependem da aprovação de alterações legislativas para integralização dos recursos.

CLASSIFICAÇÃO ANTERIOR: (até 2021)

1. Recursos do tesouro - Exercício Corrente
 2. Recursos de outras fontes - Exercício Corrente
 3. Recursos do tesouro - Exercícios Anteriores
 6. Recursos de outras fontes - Exercícios Anteriores
 9. Recursos condicionados
- Recursos do tesouro → Geridos de forma centralizada pelo Poder Executivo.
 - Recursos de outras fontes → Arrecadados e controlados de forma descentralizada.
↳ de responsabilidade dos respectivos órgãos e entidades

RECEITA pública =CLASSIFICAÇÕES=



POR IDENTIFICAÇÃO DE RESULTADO PRIMÁRIO

- A receita pode ser:
 - **Primária (P):**
 - Seu valor é incluído na apuração do resultado primário
 - **Ex.:** Receitas de tributos, contribuições, patrimoniais, agropecuárias, indústrias e de serviços
 - Não primária ou **financeira (F):**
 - Seu valor **não** é incluído
 - Não alteram o endividamento líquido do Governo no exercício correspondente



Surgiram com a adoção pelo Brasil da metodologia do F.M.I. de cálculo do resultado primário.



LISTA DE CLASSIFICAÇÕES DA RECEITA

ORÇAMENTÁRIA

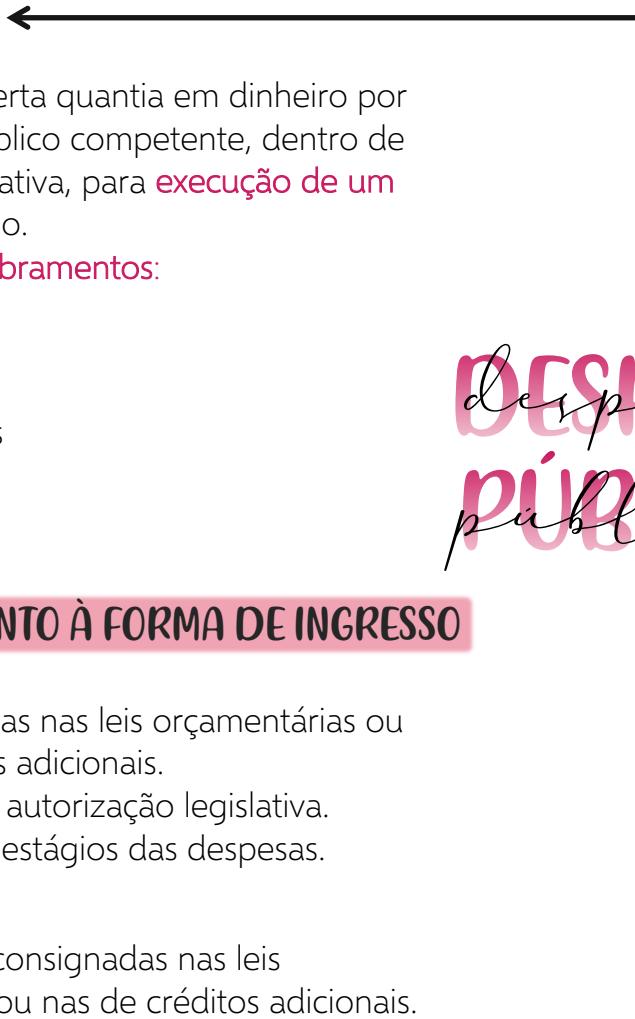
- Por natureza da receita
- Por fontes (ou por destinação de recursos)
- Por identificação de resultado primário
- Por esfera orçamentária
(Classificação também da despesa)

ASPECTOS GERAIS

DESPESA PÚBLICA

= Aplicação de uma certa quantia em dinheiro por autoridade/agente público competente, dentro de uma autorização legislativa, para **execução de um fim** a cargo do Governo.

- Critérios de **desdobramentos**:
 - Institucional
 - Funcional
 - Por programas
 - Por natureza



ESTRUTURA DA PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- Programação **qualitativa**:
 - Programa de trabalho.
- Deve conter as **classificações**:
 - Institucional • Por programas e ações
 - Funcional • Estrutura programática.
- Programação **quantitativa**:
 - Programação **física** e **financeira**

Quantidade de produto a ser ofertada por ação num determinado período.

O que adquirir e com quais recursos.

CLASSIFICAÇÃO QUANTO À FORMA DE INGRESSO

- **Orçamentárias**:
 - Despesas fixadas nas leis orçamentárias ou nas de créditos adicionais.
 - Dependem de autorização legislativa.
 - Obedecem os estágios das despesas.
- **Extraorçamentárias**:
 - Despesas não consignadas nas leis orçamentárias ou nas de créditos adicionais.
 - Devolução de recursos transitórios obtidos como receitas extraorçamentárias (pertencem a terceiros)
 - Não dependem de autorização legislativa.
Ex.:
 - Restituições de cauções,
 - Pagamentos de restos a pagar,
 - Resgates de operações por A.R.O.,...

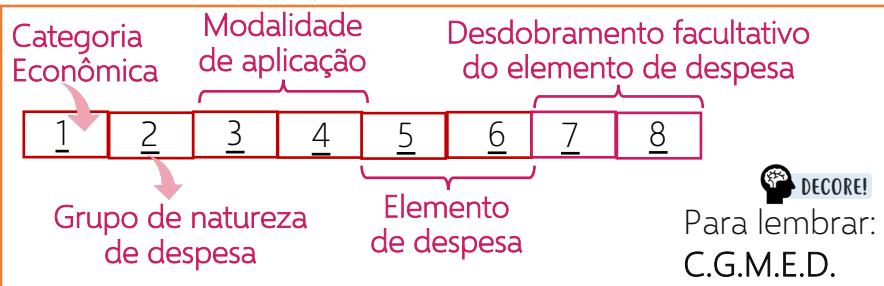
O **resgate** de **operações de crédito** por antecipação de receita orçamentária (A.R.O.) é **despesa extraorçamentária**.

Mas os **encargos** referentes a tais despesas são despesas **orçamentárias**.

IMPORTANTE!

CODIFICAÇÃO

- Código de 8 dígitos.



- Na L.O.A., a discriminação da despesa deve ser, no mínimo, por:
 - Categoria econômica
 - Grupo de natureza de despesa
 - Modalidade de aplicação
 = 4 dígitos

CATEGORIA ECONÔMICA DA DESPESA

- Despesas **correntes**: despesas que **não** contribuem, diretamente, para formação ou aquisição de um **bem de capital**.
- Despesas de **capital**: despesas que contribuem, diretamente, para formação ou aquisição de um **bem de capital**.

Reservas = Grupo 9

(Não são despesas de capital nem correntes)

- Fonte de abertura para **créditos adicionais**
- Não são passíveis de execução
- Reserva do RPPS + Reserva de contingência

GND: GRUPO DE NATUREZA DA DESPESA

- É um **agregador de elemento** de despesa com as mesmas características quanto ao objeto de gastos.

GND DE DESPESAS CORRENTES

- Pessoal e encargos sociais**
 - Ativos, inativos e pensionistas
- Juros e encargos da dívida**
- Outras despesas correntes**
 - Aquisição de material de consumo, diárias, contribuições, subvenções, auxílios,...

GND DE DESPESAS DE CAPITAL

- Investimentos**
 - Aquisição de **softwares**
 - Planejamento e execução de **obras** (Inclusive aquisição de imóveis)
 - Aquisição de instalações, equipamentos e material **permanente**.
- Inversões financeiras**
 - Aquisição de **imóveis ou Bens de capital** já em uso.
 - Aquisição de **títulos** representativos de empresas/entidades já constituídas, quando **não** importe aumento de capital
 - Constituição/aumento do **capital de empresas**
- Amortização da dívida**
 - Pagamento e refinanciamento** do principal e da atualização monetária/cambial da dívida pública interna/externa, contatual/monetária.
 - (≠ Amortização de empréstimos = Receitas de capital)

MODALIDADE DE APLICAÇÃO

- Informação **gerencial**;
- Visa **eliminar a dupla contagem** dos recursos transferidos ou descentralizados.

EXEMPLOS DE M.A.S.:

20 Transferências à União

30 Transferências a Estados/DF

40 Transferências a municípios

90 Aplicações diretas (**a mais utilizada**)
(pelo "Dono da despesa")

99 A definir

ELEMENTO DE DESPESA

- Identifica os **objetos de gastos**.

Exemplos:

11 Vencimentos e vantagens fixas
- Pessoal civil

39 Outros serviços de terceiros
- Pessoa jurídica

61 Aquisição de imóveis

91 Sentenças judiciais

- É **vedada** a utilização em **projetos e atividades**

dos elementos de despesa:
(Só podem ser utilizados em)
operações especiais

- É **vedada** a utilização de elementos de despesa denominados **típicos de gastos** em **operações especiais**.

DESDOBRAMENTO FACULTATIVO DO ELEMENTO

- **Detalhamento** facultativo do elemento de despesa, conforme **necessidades** de **escrituração contábil** e **controle** da execução orçamentária.
- Se não utilizado = 00

**despesa
pública
= NATUREZA =**

41 **Contribuições**: despesas orçamentárias para as quais **não** correspondam **contraprestação** direta e **não** sejam **reembolsáveis**.
(Inclusive as destinadas a despesas de manutenção)

42 **Auxílios**: despesas orçamentárias com **investimentos** ou **inversões financeiras** de outras esferas de governo ou entidades privadas sem fins lucrativos.

43 **Subvenções sociais**: despesas orçamentárias para cobertura de instituições privadas de caráter **assistencial** ou **cultural** sem fins lucrativos.

45 **Subvenções econômicas**: despesas orçamentárias com pagamento de subvenções econômicas autorizadas em lei específica.

CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL

- Identifica quem realiza a despesa
o agente encarregado do gasto.
- Reflete a **estrutura organizacional** de alocação dos créditos orçamentários.
- **Unidade orçamentária** (U.O.): agrupamento de **serviços** subordinados ao mesmo órgão ou repartição a que serão consignadas **dotações** próprias.
- **Órgão orçamentário**: agrupamento de U.O.s.



ATENÇÃO!

Um órgão orçamentário ou uma unidade orçamentária não corresponde necessariamente a uma estrutura administrativa.

(Ex.: "Encargos financeiros da União")

CODIFICAÇÃO:



despesa pública

CLASSIFICAÇÃO POR ESFERA

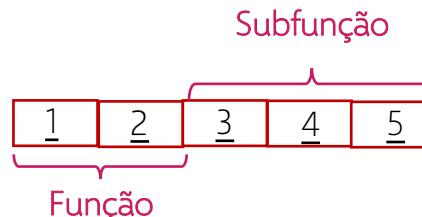
- Orçamento **fiscal**: (10)
 - Referente aos poderes da União (Fundos/órgãos/entidade da administração direta e indireta)
- Orçamento **da seguridade social**: (20)
 - Abrange todas as entidades e órgãos a ela **vinculados** da administração direta e indireta.
- Orçamento **de investimento**: (30)
 - Das **empresas** em que a União, direta ou indiretamente, detenha a **maioria** do capital social com direito a voto.

CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL

- Em que área de ação governamental a despesa será realizada.
 - Nas leis orçamentárias e nos balanços, as ações serão **identificadas** em termos de:
 - Funções
 - Subfunções
 - Programas
 - Projetos
 - Atividades
 - Operações especiais
 - Classificações de aplicação **comum** e **obrigatória** a todos os entes → permite a consolidação nacional dos gastos do setor público.
 - **Função**: maior nível de agregação das áreas de atuação do setor público.
 - Relacionada à **missão institucional** do órgão (Ex.: saúde, educação,...)
 - Função “**Encargos especiais**” = Agregação neutra.
 - Deve-se usar a **função típica** do órgão:
 - Se houver → Selecionar aquela mais de uma
 - **Subfunção**: evidencia as **áreas de atuação** pela agregação de despesas e identificação da natureza básica das ações que se aglutinam em torno de funções.

despesa pública

CODIFICAÇÃO:



- **Subfunções** podem ser combinadas com **funções diferentes** daquelas às quais estejam vinculadas. (= matricialidade entre funções e subfunções)
 - **Ações** devem estar sempre vinculadas às **subfunções** que representam sua área específica.

PROGRAMAS

- Toda **ação** do governo está estruturada em **programas** orientados para a **realização dos objetivos** estratégicos do PPA.

Visa demonstrar:

- Realizações do Governo
- Efetividade de seu trabalho em prol da população

Amplia sua visibilidade

- Identifica a **finalidade** do gasto.
- Nas leis orçamentárias e nos balanços, as ações serão **identificadas** em termos de:
 - Funções
 - Subfunções
 - Programas
- Projetos
- Atividades
- Operações especiais

Obs.: Operações especiais

Contam apenas da L.O.A.,
não integrando o P.P.A.

CODIFICAÇÃO

Programa

1	2	3	4
---	---	---	---

Ação

1	2	3	4	5	6	7	8
---	---	---	---	---	---	---	---

Subtítulo

despesa pública
= ESTRUTURA =
PROGRAMÁTICA

AÇÕES

- Operações das quais **resultam produtos** que contribuem ao atendimento do **objeto** de um programa.
- Incluem **transferências** (Subsídios, subvenções, auxílios,...)

TIPOS

(1º dígito da ação)  **DECORE!**

- Projetos: (1, 3, 5 ou 7)
 - Limitados no tempo
 - Operações das quais resulta um produto que concorre para expansão ou aperfeiçoamento da ação.
- Atividades: (2, 4, 6 ou 8)
 - Contínuas e permanentes
 - Mantêm o mesmo nível da produção pública
 - Operações das quais resulta um produto que concorre para manutenção da ação.
- Operações especiais: (0)
 - Não resultam produto
 - Não geram contraprestação direta
 - Ex.: Cumprimento de sentenças judiciais, pagamento de aposentadorias e pensões,...

SUBTÍTULO (LOCALIZADOR DO GASTO)

- As ações devem ser detalhadas em subtítulos.
- Especificam a localização física da ação

Pode ser:

- De abrangência nacional
- No exterior
- Por região
- Por Estado ou município
- Por um critério específico

→ **Não** pode alterar:

- Finalidade
 - Produto
 - Meta
- da ação
- É o **menor nível** de categoria de programação.
 - Se não for possível a regionalização durante a elaboração: usa-se o campo "**regionalizar na execução**".

PLANO ORÇAMENTÁRIO

- = **Identificação** orçamentária de caráter **gerencial** (não consta da L.O.A.), vinculada à ação.
- Detalha além do subtítulo
(Para melhor acompanhamento)
{ financeiro
físico
da execução}
- Em regra, é **opcional**
(Obrigatório apenas para as ações orçamentárias que requerem acompanhamento intensivo)

AÇÃO PADRONIZADA

- Quando, em decorrência da organização institucional da União, sua implementação é realizada **em mais de um** { órgão orçamentário e/ou unidade orçamentária
- Tem **em comum**:
 - Subfunção
 - Descrição
 - Produto
 - Unidade de medida
 - Tipo de ação
- Tipo de **padronização**:
 - Setorial: por mais de uma U.O. do mesmo órgão
 - Multissetorial: por mais de um órgão ou U.O.s de órgãos diferentes
(Considerando a temática do setor)
 - Da união: diversos órgãos/U.O.s, sem contemplar as especialidades do setor a que vinculados.
 - Têm base legal + finalidade + descrição + produto padrão, aplicável a qualquer órgão

despesa pública = ESTRUTURA = PROGRAMÁTICA

TIPOS DE P.O.:

- Produção pública intermediária
- Etapas de projeto
- Mecanismo de acompanhamento intensivo
- Funcionamento de estruturas administrativas descentralizadas.
- Reservado
- Padronizado

despesa pública = CLASSIFICAÇÕES = doutrinárias

- Quanto à competência institucional:

De acordo com o **ente político** competente a sua instituição/realização.

- Pode ser: Federal, Estadual, do DF e municipal

- Quanto à afetação patrimonial:

Efetivas → No momento de sua realização, **reduz a patrimônio** líquido sem contrapartida no passivo.

Ex.: Despesas correntes

Salvo { Aquisição de materiais para estoque
Despesas com adiantamento

Não efetivas → No momento de sua realização, **não reduz** a situação líquida patrimonial da entidade – são fatos permutativos.

Ex.: Despesas de capital

(Salvo transferências de capital)

- Quanto à regularidade/periodicidade:

- Ordinárias → Despesas permanente e estáveis (Ex.: Despesas com pessoal, encargos,...)

- Extraordinárias → Despesas eventuais e imprevisíveis

(Ex.: Calamidades, guerras,...)

ASPECTOS GERAIS



- Previsão
- Lançamento
- Arrecadação
- Recolhimento
- Fiscalização
- Avaliação de desempenho

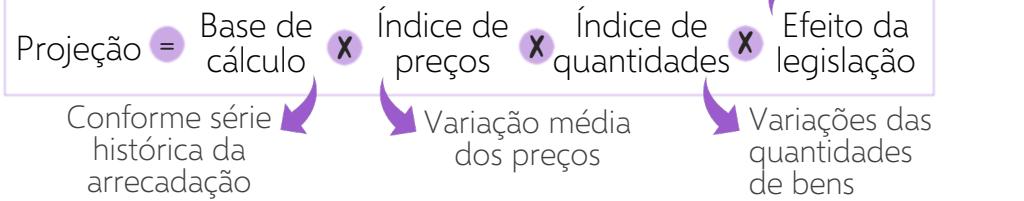
- Nem todos os estágios ocorrem para todas as receitas.

Exemplos:

- Arrecadação de receitas não lançadas.
- Arrecadação de receitas não previstas.

PREVISÃO

- = Estimativa de arrecadação da receita na L.O.A



LANÇAMENTO

- = Ato da autoridade competente que verifica:
 - Procedência do crédito fiscal
 - Pessoa que lhe é devedora
- **CTN** = Procedimento administrativo tendente a:
 - Verificar a ocorrência do fato gerador
 - Determinar a matéria tributável
 - Calcular o montante devido
 - Identificar o sujeito passivo
 - Propor a aplicação da penalidade cabível (Se for o caso)

ESTÁGIOS DA RECEITA

ARRECADAÇÃO

- = Entrega dos recursos devidos ao tesouro pelos contribuintes/devedores a:
 - Agentes arrecadadores
 - Bancos autorizados pelo ente

RECOLHIMENTO

- = Transferência dos recursos arrecadados à conta específica do **tesouro**.

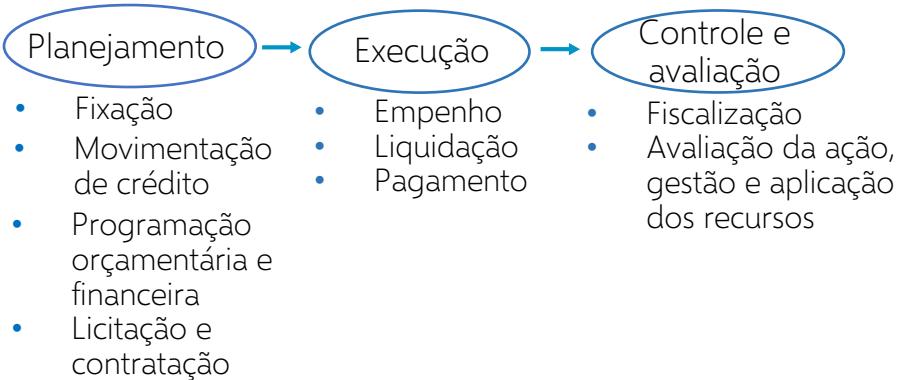
(Responsável por administrar e controlar a arrecadação e programação financeira)
- Deve obedecer o **princípio da unidade de tesouraria**.

(Vedada a especialização para a criação de caixas especiais)

ESTÁGIOS DA DESPESA



ASPECTOS GERAIS



ORDEM DOS ESTÁGIOS



É **vedada a inversão** de qualquer estágio.

FIXAÇÃO/PROGRAMAÇÃO

- **Dotação** inicial da L.O.A. (Ressalvados os créditos adicionais)
- Concluída com a autorização do Legislativo.
- **Nem todas** as despesas passam pela fixação.

EMPENHO

- = Ato da autoridade competente que cria para o Estado **obrigação de pagamento**. (Pendente ou não de implemento de condição)
- **Não** pode exceder o **limite de crédito** concedido.
- Importa **deduzir** o valor da **dotação** da despesa correspondente. (Por força do compromisso)
- É **vedada** a realização de despesa sem prévio empenho. (Em casos especiais será dispensada a nota de empenho)

MODALIDADES

- **Ordinário** → Montante previamente conhecido + pagamento de uma só vez
- **Por estimativa** → Montante indeterminável.
- **Global** → Montante definido + para atender despesas contratuais e sujeitas a parcelamento.

ATUAÇÕES

- Empenho **insuficiente** → Reforço
- Empenho **excedente** → Anulação parcial
- Empenho **incorrecto** ou objeto não cumprido → Anulação total

LIQUIDAÇÃO

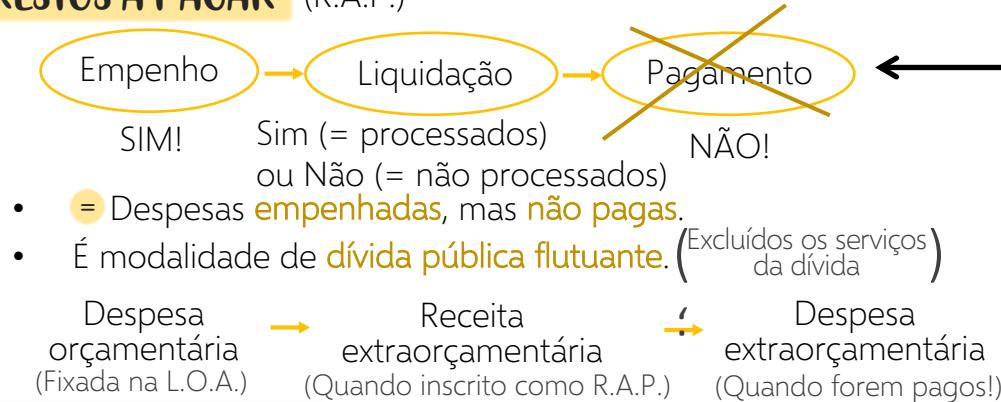
- = **Verificação** do **direito adquirido** pelo credor, tendo por base títulos/documentos comprobatórios do respectivo crédito (ou habilitação ao benefício).
- Visa reconhecer/apurar:
 - Origem e objeto
 - Importância exata
 - A quem pagar

Mediante cheque nominativo, ordens de pagamento, crédito em conta.

PAGAMENTO

- Entrega no numerário ao credor.
- Feito por **tesouraria/pagadoria** (Estabelecimentos bancários credenciados) ou, em casos especiais, por **adiantamento**.

RESTOS A PAGAR (R.A.P.)



INSCRIÇÃO DOS R.A.P.

- No encerramento do exercício (31/12).
 - Pelo valor devido
 - Pelo valor estimado (se não conhecido)
- Valor real > Valor inscrito: a diferença será empenhada à conta de D.E.A.
- Valor real < Valor inscrito: o saldo existente será cancelado.

NÃO PROCESSADOS (não há mais a inscrição automática desses R.A.P.)

- A liquidar: ainda não ocorreu o fato gerador da obrigação (Ainda está pendente a entrega do produto/ serviço)
- Em liquidação: já ocorreu o fato gerador da obrigação (houve o adimplemento da obrigação pelo credor), mas ainda não se deu a devida liquidação.
- Serão bloqueadas em 30/06 do segundo ano subsequente ao de sua inscrição.

- Salvo:
- Do ministério da saúde
 - De emendas individuais impostas, de resultado primário 6 (Empenhados a partir de 2016)

PROCESSADOS

- Não podem ser cancelados!
- É item específico da programação financeira: seu pagamento deve ser feito dentro do limite de

conceitos importantes

DESPESSAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (D.E.A.)

- Dívidas resultantes de compromissos gerados em exercícios financeiros anteriores àqueles em que ocorrerão os pagamentos.
- O orçamento respectivo consignava crédito próprio com saldo suficiente.
- Compromissos reconhecidos após o encerramento do exercício correspondente.
- R.A.P. com prescrição interrompida:
 - = Sua inscrição foi cancelada, mas ainda vigente o direito do credor.
 - Podem ser pagos à conta de D.E.A., respeitada a categoria própria.
- São despesas orçamentárias (Há necessidade de nova autorização orçamentária.)
 - Ela deve ser empenhada.

CONCEITOS importantes = SUPRIMENTOS DE FUNDOS =



ASPECTOS GERAIS

- Entrega de um **numerário** ao servidor.
(Sempre precedida de empenho na dotação própria)
- Aplicável nos casos de **despesas** expressamente definidos em lei, que **não** possam subordinar-se ao **processo normal** de aplicação.
A critério do **ordenador de despesa** e sob sua inteira **responsabilidade**.
- Os S.F. devem respeitar os **estágios da despesa**.
(É despesa orçamentária!)

HIPÓTESES

1. Para atender despesas **eventuais** que exijam pronto pagamento (Inclusive em viagem e com serviços especiais.)
2. Quando a despesa deve ser feita em **caráter sigiloso**.
3. Para atender despesas de **pequeno vulto**.
(Valor não ultrapasse o limite em portaria do ministério da fazenda)

NATUREZA DE DESPESA

- Os valores de um S.F. **podem** relacionar-se a **mais de uma natureza** de despesa, desde que **precedidos do empenho** nas dotações respectivas,
(Respeitados os valores de cada natureza!)
- **Não** há um **elemento específico** para S.F.!

NÃO SE CONCEDERÁ S.F.

- A responsável por **2 S.F..**
- A servidor que tenha a seu cargo a **guarda** ou **utilização** do material a adquirir.
(Salvo se não houver outro servidor na repartição)
- A responsável por S.F. que, esgotado o prazo, **não** tenha **prestado contas** de sua aplicação.
- A servidor declarado “**em alcance**”.
Aquele que:
 - Não tenha prestado contas do S.F. no prazo ou
 - Cujas contas tenham sido impugnadas.

PRESTAÇÃO DE CONTAS

- Servidor que receber S.F. é **obrigado** a prestar contas de sua aplicação.
- Após a aprovação das contas, a **responsabilidade** é da **autoridade** que o concedeu.
(O S.F. será contabilizado e incluído nas contas do ordenador de despesa como despesa realizada)
- Importância → Será comprovado até aplicada até **31/12** → **15/01** do ano seguinte.

EXECUÇÃO



CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS

- = Categorias classificatórias + contas que especificam **ações** e **operações** autorizadas pela L.O.A.
- A eles estão consignados **dotações**.
= Limite de recurso financeiro autorizado

ASPECTOS GERAIS

- Execução **orçamentária**:
 - = Utilização das **dotações** dos créditos consignados na L.O.A.
- Execução **financeira**:
 - = Utilização dos **recursos financeiros**, visando atender à realização das ações.

ORIGEM	DESCENTRALIZAÇÃO DE CRÉDITO	MOVIMENTO DE RECURSOS
Órgão central	Dotação (Para órgãos setoriais)	Cota (Colocados à disposição dos OSPF.)
Externa	Destaque (Entre órgãos distintos)	Repasso (Entre órgãos distintos.)
Interna	Provisão (Entre U.G.s do mesmo órgão)	Sub-repasso (OSPF para UGs sob sua jurisdição e UGs de mesmo órgão/entidade)

DESCENTRALIZAÇÃO DE CRÉDITO

- = Movimentação de parte do **orçamento** para que **outras unidades administrativas** possam executar a despesa orçamentária.
 - Mantidas as classificações **institucional, funcional, programática e econômica**.
- **Não** há modificação:
 - No valor da programação/dotações
 - Na unidade orçamentária detentora do crédito

MOVIMENTAÇÃO DE RECURSOS

- = Movimentação dos **recursos financeiros**.
 - Entre as U.G.s que compõem o sistema de programação financeira
- Por meio de:
 - Cota
 - Repasse
 - Sub-repasso
 - Concessão de limite de saque à conta única do tesouro
- Restrito aos cronogramas aprovados pelo órgão central de programação financeira
- O.S.P.F.= Órgãos Setoriais de Programação Financeira.
- U.G = Unidades Gestoras Executoras

EXECUÇÃO

execução
= COTAS TRIMESTRAIS =

ASPECTOS GERAIS

- Imediatamente após a **promulgação** da L.O.A., o **Poder Executivo** aprovará um quadro de **cotas trimestrais** da despesa que **cada** unidade orçamentária fica autorizada a utilizar.


Visa assegurar às U.O.s, em tempo útil, os **recursos** necessários e suficiente a melhor execução de seu **programa anual de trabalho**.
- Até **30 dias** após a publicação da L.O.A., o Poder **Executivo** estabelecerá:
 - Programação financeira
 - Cronograma de execução mensal de desembolso.

OBJETIVOS DO DECRETO DE PROGRAMAÇÃO

- Estabelecer **normas específicas** de execução orçamentária e financeira para o exercício.
- Estabelecer um **cronograma** de:
 - Compromissos (Empenho)
 - Liberação (pagamento)

Dos recursos financeiros para o Governo Federal
- Cumprir a **legislação** orçamentária.
(Lei 4.320/64 + L.R.F.)
- Assegurar:
 - O **equilíbrio** entre **receitas** e **despesas**
 - + cumprimento da **meta** de **resultado primário**.

EXECUÇÃO

execução

= FUNDOS ESPECIAIS =

ASPECTOS GERAIS

- **Produto** de receitas especificadas que, por **lei**, se **vinculam** à realização de determinados objetivos/serviços
→ Essa lei não pode ser a L.O.A. ou leis de créditos adicionais.
- **Aplicação** das receitas orçamentárias → por dotação consignada na L.O.A. ou em leis de créditos adicionais.
- É **vedado** levar a crédito de fundo especial qualquer recurso que **não** lhe tenha sido especificamente destinado.

NATUREZAS CONTÁBIL

- Constituídos por **disponibilidades** financeiras evidenciadas em registros contábeis.
- Para atender **saques** a serem efetuados diretamente contra o caixa do **tesouro nacional**.

FINANCEIRA

- Constituídos por **movimentação** de recursos de caixa do tesouro nacional para depósito em **estabelecimentos oficiais** de crédito para atender saques previstos em programação específica.

ASPECTOS GERAIS

- Principais S.I. do Governo Federal:
 - SIAFI (Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal)  CAI MUITO!
 - SIOP (Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento do Governo Federal)
 - SIASG (Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais)
 - SICAF (Subsistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores)
 - SIAPE (Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos)
 - SIAPA (Sistema Integrado de Administração Patrimonial)
-  Principal instrumento de registro, acompanhamento e controle da **execução orçamentária**
- Controla saldos e transferências de recursos entre as U.G.s..
- Órgão gestor  STN (Secretaria do Tesouro Nacional)
- **Aplicação:**
 - Órgãos da administração direta federal
 - Autarquias
 - Fundações
 - Empresas estatais **dependentes**.  ATENÇÃO!
 - (Comtempladas no orçamento fiscal ou da seguridade social da União)
 - Entidades privadas (Quando da celebração de convênio/termo de cooperação técnica com a S.T.N.)

TIPOS DE U.G. (= Unidades Gestoras)

U.O. (Unidade Orçamentária)	Possui dotação diretamente na L.O.A.
U.A. (Unidade Administrativa)	Não possui dotação diretamente na L.O.A.

Depende da U.O. que descentraliza o crédito para a U.A.

OBJETIVOS

- Prover mecanismos para controle diário da execução orçamentária, financeira e patrimonial
- Agilizar a programação financeira (Otimizando usos dos recursos do tesouro nacional)
- Permitir:
 - Que a contabilidade pública seja fonte segura e tempestiva de informação
 - O registro contábil dos balancetes dos Estados/municípios
 - Controle da dívida interna/externa
 - + transferências negociadas.
 - O acompanhamento/avaliação do uso de recursos/públicos.
- Padronizar métodos/rotinas de gestão. (Sem implicar rigidez/restrição a essa atividade: permanece sob total controle do O.D. da U.G.)
- Integrar/compatibilizar informações no Governo Federal.
- Proporcionar transparência dos gastos do Governo Federal.

SISTEMAS DE INFORMAÇÃO = SIAFI =

FORMAS DE ACESSO

ON-LINE (Limitado às instituições de Direito Público)	OFF-LINE
Todos os documentos orçamentários e financeiros da U.G. são emitidos diretamente pelo sistema	A U.G. emite seus documentos orçamentários e financeiros antes de sua introdução no sistema.
A própria U.G. atualiza os arquivos	A introdução dos dados é feita por outra unidade (Polo de digitação).
As disponibilidades financeiras da U.G. são individualizadas em contas contábeis no SIAFI, compondo o saldo da conta única.	As disponibilidades financeiras da U.G. são individualizadas em contas correntes bancárias, não compondo o saldo da conta única.

SISTEMAS DE INFORMAÇÃO

= SIAFI =

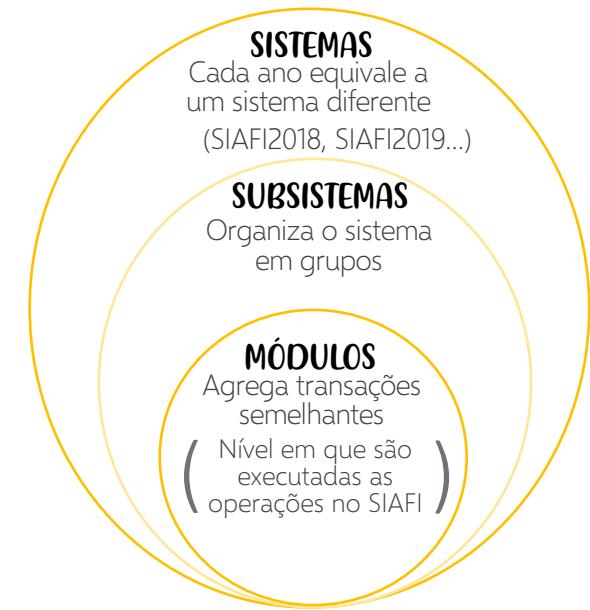
MODALIDADES DE USO

TOTAL	PARCIAL
Todos os atos/fatos (Incluindo receitas próprias) Sujeição dos procedimentos orçamentários/financeiros do órgão ao tratamento padrão do SIAFI. (Incluindo o uso do plano de contas do Governo Federal)	Recursos previstos no orçamento geral da união (Não permite tratamento de recursos próprios do órgão) Não substitui a contabilidade do órgão
O SIAFI torna-se a base de dados orçamentários, financeiros e contábeis para todos os efeitos legais.	Usa apenas os grupos de eventos próprios para essa modalidade.
Obrigatório para órgãos/entidades do Poder Executivo que integram os O.F. e O.S.S. (Ressalvadas as entidades de caráter financeiro)	Facultativa para o Poder Legislativo e o Judiciário

MODALIDADES DE CONSULTA

CONSULTA ANALÍTICA	CONSULTA SINTÉTICA
Apresenta informações atualizadas até o instante em que solicitadas. (usa os próprios arquivos com que é atualizado o sistema)	Apresenta informações atualizadas até um dia útil anterior à data da consulta (usam arquivos gerados em processamento noturno)
Todos os documentos registrados até o momento são computados nas informações apresentadas.	Justificada pelas grandes consolidações executadas pelo sistema, em que são lidos milhares de arquivos.

ESTRUTURA



OBJETIVOS

- Estabelecer normas de finanças públicas voltadas para a **responsabilidade na gestão fiscal**.
→ Não preenche lacunas da 4.320/64, nem a revoga.
- Promover:
 - Ação planejada (Instrumentos de planejamento e orçamento + relatórios)
 - Ação transparente (Publicidade + ampla prestação de contas)
- Prevenir riscos + corrigir desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas.
- Promover o cumprimento de metas de resultados entre receitas e despesas
- + obediência a limites e condições no que tange a:
 - Renúncia de receitas
 - Despesa com pessoal e da seguridade social
 - Dívida consolidada/mobiliária + operações de crédito (Inclusive por A.R.O.)
 - Concessão de garantia e inscrições de restos a pagar.

ABRANGÊNCIA

- União + Estados/DF + Municípios:
 - Poder executivo
 - Poder legislativo (+ tribunais de contas)
 - M.P. judiciário
 - Administração Direta + Fundos e Fundações
 - + Autarquias
 - Empresas estatais dependentes
- Cuidado! As bancas trocam entendentes"

L.R.F.

LEI DE
= RESPONSABILIDADE =
FISCAL

CONCEITOS IMPORTANTES

Empresa estatal dependente:

- = Empresa controlada que recebe do ente controlador recursos financeiros para:
 - Pagamento de despesa com pessoal
 - Custeio em geral
 - Despesas de capital

(Excluídos aqueles provenientes de aumento da participação acionária)

Receita corrente líquida:

- = Receitas:
 - Tributárias + de contribuições patrimoniais + industriais + agropecuárias + de serviços + transferências correntes + outras receitas correntes
- Deduzidos:
 - Contribuições dos servidores ao RPPS + compensações financeiras entre os sistemas previdenciários.
 - **União:** transferências constitucionais ou legais + da seguridade/PIS/PASEP
 - **Estados:** transferências constitucionais aos municípios
 - **DF/Amapá/Roraima:** recursos recebidos da União.

A **RCL** é apurada somando-se as receitas arrecadadas no **mês** em referência e nos **11** meses anteriores, excluídas as duplicidades.

PLANO PLURIANUAL NA L.R.F.

- O art. 3º as L.R.F. foi **vetado** (Único que tratava exclusivamente do PPA)
- O PPA aparece em outros dispositivos:
 - A L.O.A. não consignará dotação para investimento com duração superior a um exercício financeiro que **não esteja previsto no plano plurianual** ou em lei que autorize sua inclusão.

L.D.O. NA L.R.F.

- A L.R.F. **aumentou** o rol de **funções** da LDO, que também deverá **dispor sobre**:
 - Equilíbrio entre receitas e despesas
 - Critérios/formas de limitação de empenho
 - Controle de custos e avaliação dos resultados dos programas financiados com recursos orçamentários.
 - Demais condições/exigências para transferências de recursos a entidades públicas/privadas.
- Criação de 2 **anexos** à L.D.O. **!IMPORTANTE!** :

L.R.F.

LEI DE = RESPONSABILIDADE = FISCAL

L.O.A. NA L.R.F.

- A L.O.A. será compatível com
 - P.P.A.
 - L.D.O.
 - L.R.F.
- Conterá:
 - Em anexo, demonstrativo da **compatibilidade** da programação dos orçamentos com os objetivos e metas do anexo de **metas fiscais** da L.D.O.
 - **Demonstrativo** regionalizado do efeito das isenções, anistias, remissões, subsídios, benefícios e medidas de compensação a renúncias de receita e ao aumento de despesas obrigatórias de caráter continuado **sobre as receitas e despesas**.

- Reserva de contingência
- Forma de utilização e montante serão definidos na L.D.O. (Definido com base na receita corrente líquida)
- Destinada ao atendimento de passivos contingentes + riscos/eventos fiscais imprevisíveis.

ANEXO DE METAS FISCAIS	ANEXO DE RISCOS FISCAIS	A mensagem que encaminhar a LDO da União, apresentará em anexo específico:
<ul style="list-style-type: none"> • Estabelece metas anuais de: <ul style="list-style-type: none"> • Receitas (Em valores correntes e constantes) • Despesas • Resultados nominal e primário • Montante da dívida pública. • para o exercício a que se referirem + para os dos seguintes. 	<ul style="list-style-type: none"> • Avalia os passivos contingentes e outros riscos capazes de afetar as contas públicas <ul style="list-style-type: none"> + Informa providências a serem tomadas caso se concretizarem. 	<ul style="list-style-type: none"> • Os objetivos objetivos das políticas monetária, creditícia e cambial + parâmetros e projeções para seus principais agregados e variáveis + metas de inflação para o exercício subsequente.

PUBLICAÇÃO DA L.O.A.

Até **30 dias** após a publicação da L.O.A., o poder executivo estabelecerá:

- Programação financeira
- Cronograma de execução mensal de desembolso.

Os recursos **legalmente vinculados** à finalidade específica serão utilizados **exclusivamente** para atender o objeto de sua vinculação.

Ainda que em exercício diverso do que ocorrer o ingresso.

LIMITAÇÃO DE EMPENHO E MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA

Se verificado, ao **final de um bimestre**, que a **realização da receita** poderá não comportar o cumprimento das **metas de resultado** primário ou nominal do anexo de metas fiscais:

- Os Poderes e o M.P. promoverão, nos **30 dias** subsequentes, limitação de empenho e movimentação financeira (Segundo os critérios da L.D.O.)
(O poder executivo não é autorizado a limitar os demais poderes/MP)
- Medida tomada pelo ente também para **reconduzir a dívida** ao limite.

CUMPRIMENTO DE METAS

- Ao final de **Maio**, **Setembro** e **Fevereiro**, o Poder **Executivo** demonstrará e avaliará o cumprimento das metas fiscais de cada **quadrimestre**.
- **90 dias** após o encerramento de cada **semestre**, o **banco central** apresentará a avaliação do cumprimento de **objetivos** e metas das políticas monetária, creditícia e cambial.

L.R.F.
LEI DE
= RESPONSABILIDADE =
FISCAL

CUIDADO! CAI MUITO!

- Não serão objeto de limitação as despesas:
 - que constituem **obrigação constitucional** ou **legal** do ente (Inclusive as destinadas ao pagamento do serviço da dívida)
 - as relativas à **inovação e ao desenvolvimento científico e tecnológico** custeadas por fundo criado para tal finalidade  **NOVIDADE!**
 - as **ressalvadas** pela L.D.O.
- O restabelecimento da receita prevista recompõe as dotações limitadas proporcionalmente às reduções efetivadas (ainda que parcial)

DESPESA COM PESSOAL

= Total de **gastos** do ente com:

Ativos (Inclui terceirizados para a substituição de servidor/empregado)
Inativos = "outras despesas com pessoal"
Pensionistas

- Relativos a:
 - Mandatos eletivos
 - Cargos (Civis, militares e de membros do poder)
 - Funções
 - Empregos
 - Quaisquer espécies remuneratórias:
 - Vencimentos e vantagens (Fixas e variáveis)
 - Subsídios
 - Proventos de aposentadorias, reformas e pensões
 - Adicionais, gratificações, horas extras e vantagens pessoais
 - Encargos sociais e contribuições recolhidas pelo ente à previdência.
- Não inclui despesas de natureza **indenizatória**.

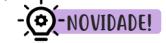
--NOVIDADE! (EC 120/22)

os recursos **repassados** pela União para pagamento dos **agentes comunitários de saúde** e dos **agentes de combate às endemias** **não** serão incluídos no cálculo para fins do limite de despesa com pessoal

LR.F.

LEI DE = RESPONSABILIDADE = FISCAL

É apurada somando-se a realizada no **mês** em referência com as dos **11 meses anteriores**, segundo o regime de competência, independentemente de empenho



-NOVIDADE!

LIMITES

DESPESA TOTAL COM PESSOAL:

ENTE	LIMITE (% da receita corrente líquida)
União	50%
Estados	60%
Municípios	60%

será observada a **remuneração bruta do servidor**, sem qualquer dedução ou retenção, ressalvado o "abate-teto"
(alterações trazidas pela Lei Complementar 178/2021)

LIMITES POR ESFERA

UNIÃO	ESTADOS	MUNICÍPIOS
Executivo: 40,9%	Executivo: 49%	Executivo: 54%
Legislativo: 2,5% (+TCU)	Legislativo: 3% (+TCE)	Legislativo: 6% (+TCM)
Judiciário: 6%	Judiciário: 6%	
MPU: 0,6%	MPE: 2%	



LEI DE = RESPONSABILIDADE = FISCAL



DESPESA COM PESSOAL ||| NOVIDADE!

Na verificação do atendimento dos limites, não serão computadas as despesas:

- de indenização por demissão
- relativas a incentivos à demissão voluntária;
- derivadas da **convocação extraordinária** do congresso em caso de urgência ou interesse público relevante;
- decorrentes de **decisão judicial** e da competência de período anterior ao da apuração
- com pessoal, do **DF, do Amapá e Roraima**, custeadas com recursos transferidos pela União



- com **inativos e pensionistas** (ainda que pagas por intermédio de unidade gestora única ou fundo) quanto à **parcela custeada por recursos provenientes**: (Lei Complementar 178/2021)
 - da arrecadação de contribuições dos segurados;
 - da compensação financeira entre os regimes;
 - de transferências destinadas a promover o equilíbrio atuarial do regime de previdência;
 (Lei Complementar 178/2021)

Na verificação do atendimento dos **limites** definidos neste artigo, é **vedada** a dedução da parcela custeada com **recursos aportados** para a **cobertura do déficit financeiro** dos regimes de previdência. (Lei Complementar 178/2021)



L.R.F.

LEI DE
= RESPONSABILIDADE =
FISCAL



DESPESAS COM PESSOAL

CONTROLE



Limite de alerta = 90% do limite

- Os T.C.s vão alertar o poder/órgão.
(verificam o cálculo)
- Não há sanções/vedações.

Limite prudencial = 95% do limite

- O poder/órgão incorre em vedações:
- Criação de cargo/emprego/função.
- Alteração na carreira com aumento de despesa.
- Provimento/contratação de pessoal
(Ressalvada reposição de aposentados ou falecidos na educação, saúde e segurança)
- Contratação de horas extras.
(Salvo exceções legais)
- Concessão de aumento, reajuste,..., de remuneração.
(Salvo por sentença judicial, determinação legal/contratual)

Limite ultrapassado = > 100% do limite

- O poder/órgão incorre nas **vedações** do limite prudencial
- deve eliminar o excesso em **2 quadrimestres**.
(Pelo menos 1/3 no 1º quadrimestre)
- Providências:
 - Redução de **> 20%** das despesas com cargo em comissão e função de confiança.
 - Exoneração de servidores não estáveis
 - Exoneração de servidores estáveis
 - O servidor terá indenização de 1 mês de remuneração por ano de trabalho.
 - O cargo será extinto, vedada criação de outro semelhante por 4 anos.
- Não reduzida no prazo, o **poder ou órgão não poderá**:
 - Receber transferências voluntárias
(Ressalvadas educação, saúde e assistência)
 - Obter garantia direta/indireta de outro ente.
 - Contratar operações de crédito
(Ressalvadas para o pagamento da dívida mobiliária)
+ visem a redução das despesas com pessoal

EXCEÇÕES AOS PRAZOS PARA REDUÇÃO

Aplicação imediata	Despesa com pessoal > limite no primeiro quadrimestre do último ano do mandato.
Suspensão	Calamidade pública (Reconhecida pelo Legislativo) ATENÇÃO! não se aplica mais ao estado de defesa/sítio
Duplicação	Crescimento real baixo/negativo do P.I.B. por ≥ 4 trimestres.
Não se aplicam	Em caso de queda se receita real > 10% em municípios (Quadrimestre correspondente ao exercício anterior) devido a diminuições em transferências e receitas recebidas do fundo de participação dos municípios, royalties e participações especiais.



LEI DE = RESPONSABILIDADE= FISCAL



NOVAS VEDAÇÕES NOVIDADES

A LC 173/2020 **acrescentou** algumas vedações à LRF.

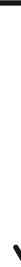
NORMAS LEGAIS

É nula de pleno direito a  aprovação, edição ou de **norma legal** contendo sanção,

plano de **alteração, reajuste e reestruturação** de carreiras do setor público, e a **nomeação de aprovados em concurso público**, quando resultar em aumento da despesa com pessoal :

- nos **180 dias anteriores** ao final do mandato do titular do Poder Executivo; ou
- que preveja **parcelas a serem implementadas em períodos posteriores** ao final do mandato do titular do Poder Executivo.

também alcança o período de **recondução ou reeleição** para o cargo de titular do Poder ou órgão autônomo



AUMENTO DE DESPESA COM PESSOAL

É nulo de pleno direito o ato de que resulte **aumento da despesa com pessoal**:

- nos **180 dias anteriores** ao final do mandato do titular de Poder ou órgão **ou**
 - que preveja **parcelas a serem implementadas em períodos posteriores** ao final do mandato
- agora só será possível o aumento escalonado se todas as parcelas do escalonamento ocorrerem dentro do mesmo mandato.

são considerados atos de "nomeação ou provimento":

- concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração,
- **criação de cargos, empregos e funções**
- **alteração de estrutura** de carreiras,
- **admissão ou contratação** de pessoal, a qualquer título **pelos órgãos e entidades** da administração direta ou indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo poder público:



LEI DE
= RESPONSABILIDADE =
FISCAL



DESPESAS COM A SEGURIDADE SOCIAL

- Nenhum benefício/serviço da seguridade social poderá ser criado majorado sem indicação da fonte estendido de custeio total.
- É dispensada a compensação por aumento permanente de receita e redução permanente de despesa se o aumento da despesa decorrer de:
 - Concessão de benefício a quem satisfaça as condições de habilitação.
 - Expansão quantitativa do atendimento e dos serviços prestados.
 - Reajustamento do valor do benefício ou serviço a fim de preservar seu valor real.



DESPESA OBRIGATÓRIA DE CARÁTER CONTINUADO

- Despesa corrente derivada de
 - lei
 - medida provisória
 - ato normativo(D.O.C.C.)

que fixem para o ente a **obrigação legal** de sua execução por um período **superior a dois exercícios**.

(Ex.: aumento da remuneração dos servidores)

• Exigências para criação/aumento de D.O.C.C. :

- **Estimativas** do impacto orçamentário e financeiro no exercício em que entra em vigor + nos dois subsequentes.
- Demonstração da **origem dos recursos**.
- Comprovação de que **não afetará as metas** de resultados fiscais da L.D.O.
 - (com premissas e metodologia de cálculo + exame de compatibilidade com P.P.A. e L.D.O.)
- **Compensação** de seus efeitos financeiros, nos períodos seguintes, pelo aumento permanente de receita e redução permanente de despesa.

TRANSPARÊNCIA

- Instrumentos:
 - PPA, LDO, LOA
 - Prestações de contas + parecer prévio.
 - Relatório resumido de execução orçamentária + relatório de gestão fiscal.
 - Versões simplificadas desses documentos.
- Será **assegurada** mediante:
 - Incentivo à **participação popular** e audiências públicas.
 - Liberação ao pleno conhecimento e **acompanhamento** da sociedade em tempo real.
 - Adoção de **sistema integrado** de administração financeira e controle.

CONSOLIDAÇÃO DAS CONTAS

- Pelo Poder Executivo (Do exercício anterior)
- Até dia **30 de Junho**
- Nacional e por esfera

Envio das contas pelos entes:



* a partir de 2022, todos os envios serão

LR.F. LEI DE = RESPONSABILIDADE = FISCAL

FISCALIZAÇÃO DA GESTÃO FISCAL

- Pelo Poder **legislativo**, com auxílio dos tribunais **de contas** + sistema de **controle interno** de cada poder e do Ministério Pùblico.
 - devem ser consideradas as normas de padronização metodológica editadas pelo conselho de gestão fiscal.
- Fiscalizarão o **cumprimento** da L.R.F., com ênfase no que se refere a:
 - atingimento das **metas da L.D.O.**
 - limites e condições para:
 - realização de operações de crédito
 - inscrição de restos a pagar
 - medidas adotadas para o **retorno total da despesa** com pessoal ao limite
 - recondução das **dívidas** consolidada e mobiliária **aos limites**.
 - destinação de recursos obtidos com a **alienação de ativos**.
 - cumprimento do **limite de gastos totais dos legislativos municipais**, quando houver

Descumprimento dos prazos impede que o ente:

- Receba transferências voluntárias
- Contrate operações de créditos
 - (Exceto para pagamento da dívida imobiliária)



**LEI DE
= RESPONSABILIDADE =
FISCAL**

RELATÓRIOS



RELATÓRIO RESUMIDO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA (RREO)	RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL (RGF)
Pelo Poder executivo . (para lembrar: RREO)	Pelos titulares de poderes e órgãos.
<p>Publicados até 30 dias após o encerramento de cada bimestre *</p> <p>↳ Municípios com até 50 mil habitantes podem optar pela divulgação semestral dos demonstrativos do RREO</p> <p>2</p>	<p>Publicados até 30 dias após o encerramento de cada quadrimestre. *</p> <p>↳ Municípios com até 50 mil habitantes podem optar pela divulgação semestral do RGF.</p>
<ul style="list-style-type: none"> = Balanço orçamentário + Demonstrativos de execução de receitas e despesas. ↳ Apuração/evolução da RCL <ul style="list-style-type: none"> + receitas e despesas previdenciárias + resultado nominal/primário + despesas com juros + restos a pagar 	<ul style="list-style-type: none"> = Comparativo com os limites da L.R.F.: <ul style="list-style-type: none"> • Despesa total com pessoal • Dívidas consolidadas/mobiliária • Concessão de garantias • Operações de créditos (Inclusive por A.R.O) <ul style="list-style-type: none"> ↳ Só no RGF do Executivo + no último quadrimestre: <ul style="list-style-type: none"> • Disponibilidades em caixa em 31/12 • Inscrição dos restos a pagar • Cumprimento das exigências relativas às operações de crédito por A.R.O.

* Descumprimento dos **prazos** impede que o ente:

- Receba transferências voluntárias
- Contrate operações de créditos

(Exceto para refinanciamento da dívida mobiliária)

GESTÃO FISCAL

• Requisitos essenciais da responsabilidade

na gestão fiscal:

- Instituição
 - Previsão
 - Efetiva arrecadação
- } de todos os tributos de competência constitucional do ente

É vedada a realização de transferências voluntárias para o ente que não observe isso no que se refere a impostos.

RECEITA PÚBLICA

PREVISÃO

- Obedecerá normas técnicas e legais, considerando os efeitos:
 - Das alterações na legislação
 - Da variação do índice de preços
 - Do crescimento econômico
 - De outros fatores relevantes



- A **reestimativa** de receita pelo poder **legislativo** só será admitida se comprovado **erro** ou **omissão** de ordem **técnica** ou **legal**.

REGRA DE OURO

IMPORTANTE!

- É vedada a realização de operações de crédito que **excedam** o montante das despesas de capital

Ressalvadas as autorizadas mediante **créditos suplementares ou especiais** com finalidade precisa, aprovados pelo poder legislativo por maioria absoluta.

- Segundo a L.R.F. :

- As operações de crédito por antecipação de receita orçamentária **não** serão computadas para efeito da regra de outro, **desde que** liquidada (com juros e outros encargos) até **10/12**.

RENÚNCIA DE RECEITAS

= Anistia + Remissão + Subsídio

+ Crédito presumido + Isenção não geral

+ Alteração de alíquotas/base de cálculo que implique redução **discriminada** de tributos

+ Outros benefícios que correspondam a tratamento **diferenciado**.

- Requisitos:

- Ter estimativa do **impacto** orçamentário financeiro
- Atender ao disposto na **L.D.O.** (No exercício em que deva iniciar sua vigência e nos dois seguintes)
 - Demonstração de que a renúncia foi considerada na estimativa da L.O.A. + Não afetará as metas do anexo de metas fiscais da L.D.O.
- Atender a pelo menos uma:
 - Demonstrações de que a renúncia foi considerada na estimativa da L.O.A. + Não afetará as metas do anexo de metas fiscais da L.D.O.
 - Medidas de **compensação** por aumento da receita.
 - (E elevação de alíquota + ampliação da base de cálculo + majoração ou criação de tributo/contribuição)



LEI DE = RESPONSABILIDADE = FISCAL



GESTÃO PATRIMONIAL

DISPONIBILIDADES DE CAIXA

ENTE	DEPÓSITO
União	Banco Central
Estados, DF e Municípios	Instituições financeiras oficiais

- As disponibilidades dos regimes de **previdência social** (Geral e próprio) ficam depositadas em contas **separadas**.

ALIENAÇÃO DE BENS E DIREITOS

- É **vedada** a aplicação da receita de capital derivada da **alienação** de bens/direitos para o financiamento de **despesas correntes**.
↳ Salvo se destinada por lei aos regimes de **previdência** (Geral e próprio)



DESAPROPRIAÇÃO DE IMÓVEL URBANO

- É **nulo** de pleno direito a desapropriação sem:
 - Prévia e justa indenização em dinheiro **ou**
 - Seu prévio depósito judicial

CONSERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO PÚBLICO

- A L.O.A. e leis de créditos adicionais só incluirão **novos** projetos **após** atendidos os **em andamento** e contempladas as despesas de conservação do patrimônio. (Nos termos da L.D.O.)

EMPRESAS CONTROLADAS PELO PODER PÚBLICO

- A empresa controlada pelo Poder Público que firmar **contrato de gestão**, em que se estabeleça objetivos e metas de desempenho, disporá de autonomia
 - Orçamentária
 - Gerencial
 - Financeira

TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS

- = Entrega de **recursos** correntes ou de capital a **outro ente**, a título de:
 - Cooperação
 - Auxílio
 - Assistência financeira
 - Que não decorra de determinação constitucional, legal ou ao S.U.S
- Exigências:
 - Aquelas da **L.D.O.**
 - Existência de **dotação específica**
 - **Não** ser para pagamento de despesas com **pessoal**.
- **Comprovação** pelo beneficiário de:
 - Que está em dia com pagamentos devidos ao ente transferidor
 - + **prestações de contas**.
- Cumprimento dos limites:
 - Em educação e saúde
 - + Das dívidas consolidadas e mobiliária.
 - Operações de crédito (Inclusive por A.R.O.)
 - De inscrição de restos a pagar.
 - De despesa total com pessoal.
- Previsão orçamentária de contrapartida.
- As sanções de **suspensão** das T.V. **não** se aplicam àquelas destinadas a:
 - Educação
 - Saúde
 - Assistência Social



LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL

DESTINAÇÕES DE RECURSOS AO SETOR PRIVADO

- Devem:
 - Ser **autorizadas por lei específica**.
 - Atender às condições da **L.D.O.**
 - Estar previstas no **orçamento ou em créditos adicionais**.
- Inclui:
 - Empréstimos
 - Financiamentos e refinanciamentos
 - (Inclusive as respectivas prorrogações)
 - Aplica-se, também, a:
 - Administração Direta
 - (Exceto no exercício de suas atribuições precípuas)
 - + Instituições financeiras
 - + BACEN

Na **concessão de crédito** a pessoa física ou jurídica que não esteja sob seu controle direto ou indireto, **encargos financeiros, comissões e despesas congêneres** não serão **inferiores** aos definidos em lei ou aos custos de captação.

- **Salvo** mediante lei específica, **não** podem ser usados recursos públicos para socorrer instituições do **sistema financeiro** nacional
 - (Ainda que mediante concessão de empréstimos de recuperação/financiamento p/ mudança de controle acionário.)



= LEI DE RESPONSABILIDADE =
FISCAL



DÍVIDA PÚBLICA

DÍVIDA FUNDADA (consolidada)

Compromissos de exigibilidade > 12 meses e que dependam de autorização legislativa para amortização ou resgate.

Para a L.R.F.: = montante total apurado sem duplicidades, das obrigações do ente da federação, assumidas em virtude de leis, contratos, convênios ou tratados e de operações de crédito, para amortização em prazo superior a 12 meses.

Incluiu também:

- Operações de crédito em prazo inferior a 12 meses cujas receitas tenha constado do orçamento.
 - **Precatórios** judiciais não pagam na execução do orçamento em que incluídos.
- para a União
- emissão de títulos de responsabilidade do **BACEN**.

DÍVIDA FLUTUANTE

- Restos a pagar (Excluídos os serviços da dívida)
- Serviços da dívida a pagar
- Depósitos
- Débitos em tesouraria (Operações de crédito por A.R.O.)
- papel moeda ou moeda fiduciária

DÍVIDA PÚBLICA

LIMITES (Em relação à R.C.L.)

OBJETO	UNIÃO	ESTADOS/DF	MUNICÍPIOS
Dívida consolidada	Não há	200%	120%
Contratação de operações de crédito	60%	16%	16%
Concessão de garantias	60%	22%	22%
Pagamento dos serviços da dívida	Não há	11,5%	11,5%
Contratação de operações por A.R.O.	Não há	7%	7%

RECONDUÇÃO AO LIMITE

- Deve ser feita em até 3 quadrimestres, reduzindo o excedente em pelo menos 25% no primeiro.
- Sanções (Enquanto perdurar):
Inclusive por o excesso
 - Proibido de realizar operações de crédito, (ressalvadas as para pagamento de dívidas mobiliárias)
 - Deve obter resultado primário necessário à recondução, promovendo, entre outros, limitação de empenho.
 - Não reduzida no prazo, o ente não poderá receber transferências voluntárias.

EXCEÇÕES AOS PRAZOS P/ RECONDUÇÃO

Aplicação imediata	Dívida > limite no primeiro quadrimestre do último ano do mandato.
Suspensão	Calamidade pública (Reconhecida pelo Legislativo) ATENÇÃO! não se aplica mais ao estado de defesa/sítio
Duplicação	Crescimento real baixo/negativo do P.I.B por ≥ 4 trimestres
Ampliação	Em casos de mudanças drásticas das políticas monetária/cambial

Em até 4 quadrimestres

OPERAÇÕES DE CRÉDITO

REGRAS GERAIS

1. Prévia/expressa **autorização na L.O.A.**, em créditos adicionais ou em lei específica.
2. Inclusão no **orçamento ou em créditos adicionais** dos recursos provenientes da operação.
3. Observância dos **limites e condições** fixados pelo Senado.
4. **Autorização específica do Senado**, no caso de crédito externo.
5. Atendimento à **regra de ouro**.
6. Atendimento da **L.R.F.**.

OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA (A.R.O.)

- Para atender a **insuficiência de caixa**.
- A **L.O.A.** pode autorizar o executivo a realiza-las.
- Atende às **exigências** das demais operações de crédito **+**:
 - A partir do 10º dia do exercício (**10/jan**).
 - Deve ser liquidada até **10/dez**.
 - Não será autorizada se cobrados outros encargos que não a **taxa de juros**.
- **Proibida**:
 - Enquanto houver A.R.O. anterior não integralmente resgatada
 - No último ano de mandato do chefe do executivo.
- Se liquidadas no prazo, **não** são computadas para efeito da

VEDAÇÕES

- O BACEN **não** emitirá títulos da dívida pública.
- É **proibida** a operação de crédito entre:

Instituição Financeira Estatal  Ente que a controla
Como beneficiário do empréstimo

Pode adquirir no mercado:

- Títulos da dívida pública para atender a investimentos de seus clientes.
- Títulos da dívida da união para aplicação de recursos próprios.

- É vedada a **operação de crédito** entre entes da federação.

 **ressalvadas** operações entre instituição financeira estatal e outro ente, desde que não seja para financiar despesas correntes ou refinanciar dívidas **não contraídas** com a própria instituição.

Equiparam-se a **operações de crédito** e estão **vedados**:

- Antecipação de tributo/contribuição cujo fato gerador ainda não tenha ocorrido
- Recebimentos de valores de empresas estatais, **ressalvados** lucros/dividendos.
- Assunção de obrigação sem autorização orçamentária com fornecedores para pagamento a posteriori de bens/ serviços
- Assunção de compromisso/confissão de dívida com fornecedores mediante emissão, aceite ou aval de título de crédito.  (Não se aplica a empresa estatal dependente)

L.R.F.

**LEI DE
= RESPONSABILIDADE =
FISCAL**



LEI DE = RESPONSABILIDADE = FISCAL



GARANTIA E CONTRAGARANTIA NA LRF

- Condições para o fornecimento de **garantia** pelos entes:
 - Oferecimento de **contragarantia** (Valor igual ou superior ao da garantia)
 - Adimplência do ente requisitante frente o garantidor e seus controlados.
 - **Não** é exigida contragarantia de órgão/entidades do próprio ente.
 - A **contragarantia** pode consistir na vinculação de receitas **tributárias**, com outorga ao garantidor do poder de reter transferências constitucionais.
 - É **nula** a garantia concedida acima dos limites fixados pelo Senado.
 - É **vedado** às entidades da **Administração Indireta** conceder garantias.
- ↳ Salvo:
- Instituição financeira a empresa nacional
 - Empresa controlada a subsidiária

Inclusive suas subsidiárias
e controladas

BANCO CENTRAL

- Está sujeito às **vedações** relacionadas às operações de crédito entre os entes.
- **Não** emitirá **títulos da dívida** pública, nem concederá garantias.
- É **vedado** ao **tesouro nacional** adquirir títulos da dívida pública federal da carteira do BACEN, **salvo** para reduzir a dívida mobiliária.

RESTOS A PAGAR NA LRF

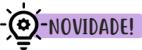
- Despesas **empenhadas**, mas **não pagas**.
- É **vedado** ao titular de poder/órgão, nos **últimos 2 quadrimestres** de seu mandato, contratar **obrigação** de despesa que:
 - **Não** possa ser cumprida integralmente no exercício **ou**
 - com **parcelas** a serem pagas no exercício seguinte **sem** suficiente disponibilidade de **caixa**.



= LEI DE RESPONSABILIDADE = FISCAL



CALAMIDADE PÚBLICA



A LC 173/2020 trouxe **novas disposições** acerca do estado de **Calamidade pública e suas consequências para as finanças públicas** (art. 65).

Essas dispensas aplicam-se exclusivamente:

- às unidades da Federação atingidas e enquanto perdurar o referido estado de calamidade;
- aos atos de gestão orçamentária e financeira necessários ao atendimento de despesas relacionadas ao cumprimento do decreto legislativo;

Não são afastadas as disposições relativas a transparência, controle e fiscalização.

DISPENSAS

Na ocorrência de **Calamidade pública**, serão **dispensados os limites, condições e demais restrições** aplicáveis à União, aos Estados, ao DF e aos Municípios, bem como sua verificação, para:

- contratação e aditamento de **operações de crédito**;
- concessão de **garantias**;
- contratação **entre entes** da Federação; e
- recebimento de **transferências voluntárias**;

DISPENSAS

Na ocorrência de **Calamidade pública**, serão **dispensados os limites e afastadas as vedações e sanções** previstas e decorrentes dos **artigos**:

- **35** (operação de crédito entre entes),
 - **37** (operação equiparadas a operações de crédito) **e**
 - **42** (contração de despesa pelo titular de poder/órgão nos últimos dois quadrimestres de seu mandato),
- + será dispensado o cumprimento** do disposto no parágrafo único do **art. 8º** (recursos legalmente vinculados a finalidade específica só podem ser usados para atender ao objeto de sua vinculação), **desde que os recursos arrecadados sejam destinados ao combate à calamidade pública**;

No caso de **aditamento de operações de crédito garantidas pela União**, a garantia será mantida, não sendo necessária a alteração dos contratos de garantia e de contragarantia vigentes

Na ocorrência de **Calamidade pública**, serão **afastadas as condições e as vedações** previstas nos artigos:

- **14** (concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita),
- **16** (exigências de acompanhamento, para a criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa) **e**
- **17** (exigências para a criação das despesas obrigatórias de caráter continuado),

desde que o incentivo ou benefício e a criação ou o aumento da despesa **sejam destinados ao combate à calamidade pública**.

ASPECTOS GERAIS

- = Pagamentos **devidos** pela fazenda pública em virtude de **sentença judicial**. (O credor ingressa com uma ação judicial)
- Não** se aplica aos pagamentos de **obrigações** definidas em lei como **de pequeno valor**.
Podem ser fixados **valores distintos** a entidades de **direito público**
(Mínimo = maior benefício do RGPS)

Vedada a expedição de precatórios **suplementares** ou **complementares**
+ **Fracionamento, repartição** ou **quebra do valor** da Execução para fins de enquadramento em "Obrigações de pequeno valor"

CESSÃO

- O credor **pode ceder** (Total ou parcialmente) seus créditos em precatórios a terceiros:
 - Independente da concordância do devedor
 - Não se aplica ao cessionário a preferência dos
 - Maiores de **60 anos**
 - Portadores de **doença grave**
 - Com deficiência
- Produz efeitos a partir da comunicação ao tribunal de origem **devedor**.

precatórios

ORDEM DE PAGAMENTO

- = Exclusivamente em **ordem cronológica** de apresentação dos precatórios.
- Proibida a designação de **casos** ou **pessoas**
nas **Dotações orçamentárias**
Créditos adicionais abertos para este fim

SÃO PREFERÊNCIAS À ORDEM CRONOLÓGICA

- Débitos de **natureza alimentícia** cujos titulares:
 - Tenham **60 anos**
 - Sejam portadores de **doença grave**
 - Sejam pessoa com **deficiência**
 Até 3x o equivalente a obrigações definidas como de pequeno valor.
(O restante será pago em ordem cronológica de apresentação dos precatórios.)
- Débitos de **natureza alimentícia** dos **demais** titulares

OBSERVAÇÕES IMPORTANTES

- É **obrigatória a inclusão no orçamento** das entidades de direito público da verba necessária ao pagamento de seus débitos de **precatórios** judiciais apresentados **até 2 de abril**.
 - Pagamento será feito até o final do exercício seguinte (valores atualizados monetariamente)
- As dotações orçamentárias e os créditos abertos são **consignados** diretamente ao **Poder Judiciário**.

finanças públicas

ASPECTOS GERAIS

= Matérias relacionadas a:

- Despesas
 - Receitas
 - Créditos
- públicos

LEI COMPLEMENTAR

- Disporá sobre:

(em uma ou várias L.C.s)

 1. Finanças públicas
 2. **Dívida pública** interna e externa
 - ↳ Inclusive de:
 - Autarquias
 - Fundações
 - Entidades controladas pelo poder público
 3. Concessão de **garantias** pelas entidades públicas
 4. Emissão e resgate de **títulos** da dívida pública
 5. **Fiscalização** financeira da administração pública
 - { direta e indireta
 6. Operações de **câmbio** por órgão e entidades
 - { União
de estados/DF
municípios
 7. Compatibilização das função das **instituições** oficiais de **crédito** da união
 - ↳ **Resguardadas** características e condições operacionais plenas daquelas voltadas ao **desenvolvimento regional**



↳ A lei 4.320/64 foi recepcionada pela CF/88 como L.C.



NOVIDADE! EC 109/2021

8. Sustentabilidade da dívida, especificando:
 - 1) Indicadores de sua apuração
 - 2) Níveis de compatibilidade dos resultados fiscais com a trajetória da dívida
 - 3) Trajetória de convergência do montante da dívida com os limites definidos em legislação
 - 4) Medidas de
 - { ajuste
 - suspensões
 - vedações
 - 5) Planejamento de alienação de ativos com vistas à redução do montante da dívida
- Essa L.C. pode **autorizar as vedações** previstas no art.167-A.

finanças públicas



BANCO CENTRAL

- Exerce a competência da união de emitir moeda de forma exclusiva!
- Pode **{comprar e vender}** títulos do Tesouro Nacional
 - Para regular: **Oferta de moeda**
 - **Taxa de juros**
- É **vedado** ao BACEN conceder (**Direta ou indiretamente**) empréstimos a:
 - Tesouro nacional
 - Qualquer órgão/entidade que não seja instituição financeira

DEPÓSITO DAS DISPONIBILIDADES DE CAIXA:

- Da União → no BACEN
 - Estados/DF e Municípios
 - + órgão/entidades
 - + empresas controladas pelo poder público
- Ressalvados os casos previstos em lei
- Em instituições financeiras oficiais

NOVIDADES

EC 108/2020

União
Estados/DF
Municípios

- } disponibilizarão suas **Informações e dados**
- Contábeis
 - Orçamentários
 - Fiscais

• Conforme **Periodicidade**
Formato
Sistema

estabelecidos pelo

• órgão central de contabilidade da união

• De modo a garantir

Comparabilidade
Rastreabilidade dos dados
E **publicidade**

Devem ser divulgados em **meio eletrônico** de acesso público

EC 109/2020

União
Estados/DF
Municípios

} Devem conduzir suas **políticas fiscais** de modo a manter as **dívidas** públicas em níveis **sustentáveis**

• **Elaboração** e **execução** de planos e orçamentos

Indicadores
fiscais

Compatibilidade

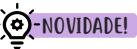
Sustentabilidade
da dívida

PREVISÕES DA EC 109/21

MEDIDAS

- **Vedações:**
 1. concessão de **vantagem, aumento, reajuste ou adequação de remuneração** de membros de Poder/órgão, servidores e empregados públicos e militares; (exceto dos derivados de sentença judicial transitada em julgado ou de determinação legal anterior)
 2. **criação de cargo, emprego ou função ou alteração de estrutura de carreira que implique aumento de despesa;**
 3. admissão/**contratação de pessoal**, a qualquer título, ressalvadas:
 - a) as **reposições** de cargos de chefia e de direção que **não** acarretem aumento de despesa;
 - b) as **reposições** decorrentes de vacâncias de cargos **efetivos ou vitalícios**
 - c) as **contratações temporárias**; e
 - d) as **reposições de temporários para serviço militar** e de alunos de órgãos de formação de militares;
 4. realização de **concurso público, exceto** para as reposições de vacâncias previstas acima; inclusive de cunho indenizatório
 5. **criação/majoração de benefícios de qualquer natureza**, em favor de membros de Poder, do MP, da DP, de servidores e empregados públicos e de militares, ou seus dependentes; (exceto dos derivados de sentença judicial transitada em julgado ou de determinação legal anterior)
 6. **criação de despesa obrigatória**;
 7. medida que implique **reajuste de despesa obrigatória acima da variação da inflação**;
 8. criação/expansão de **programas e linhas de financiamento**, bem como remissão, renegociação ou refinanciamento de dívidas que impliquem **ampliação das despesas com subsídios e subvenções**;
 9. concessão/ampliação de **incentivo ou benefício tributário**.

MECANISMO DE AJUSTE FISCAL



- **Condição:**

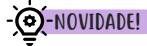
⟳ A relação entre **despesas correntes e receitas correntes** superar **95%** (no período de 12 (doze) meses).
- **Aplicabilidade:**

⟳ **Esferas:** Estados, DF e Municípios.
Poderes/Órgãos: Executivo, Legislativo e Judiciário; MP, TCEs e DP
- **Prazo:** enquanto permanecer a situação;
- É um mecanismo **facultativo**. (permite a aplicação das medias listadas ao lado)

Se **despesa corrente > 85% da receita corrente** (mas < 95%), as medidas ao lado podem ser implementadas por atos do **Chefe do Poder Executivo** com **vigência imediata**.

⟳ submetido, em regime de urgência, à **apreciação do Legislativo**; **facultado** aos demais Poderes e órgãos autônomos implementá-las em seus respectivos âmbitos.

PREVISÕES DA EC 109/21



-NOVIDADE!



ATOS NORMATIVOS (durante calamidade pública de âmbito nacional)

- Proposições legislativas e
 - Atos do Poder Executivo
- } ficam dispensados da observância das limitações legais

quanto à criação/expansão/aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento de despesa e à concessão/ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita.

• Condições:

- com propósito exclusivo de enfrentar a calamidade e suas consequências
- com vigência e efeitos restritos à sua duração
- desde que não impliquem despesa obrigatória de caráter continuado

CONTRATAÇÕES (durante calamidade pública de âmbito nacional)

- **Condição:**
propósito exclusivo de enfrentamento da calamidade pública e de seus efeitos sociais e econômicos (no seu período de duração).
- O Poder Executivo federal poderá adotar processos simplificados de contratação de:
 - Pessoal (em caráter temporário e emergencial);
 - Obras, serviços e compras
- Deve ser assegurada, quando possível, competição e igualdade de condições a todos os concorrentes,
- Sem prejuízo do controle dos órgãos competentes.

• Durante a vigência da calamidade pública de âmbito nacional:

- são dispensados os limites, as condições e demais restrições aplicáveis à União para a contratação de operações de crédito, bem como sua verificação; (durante todo o ano em que vigore a calamidade pública)
- o superávit financeiro do ano anterior pode ser destinado à cobertura de despesas das medidas de combate à calamidade e ao pagamento da dívida pública.

- Lei complementar pode definir outras suspensões, dispensas e afastamentos aplicáveis